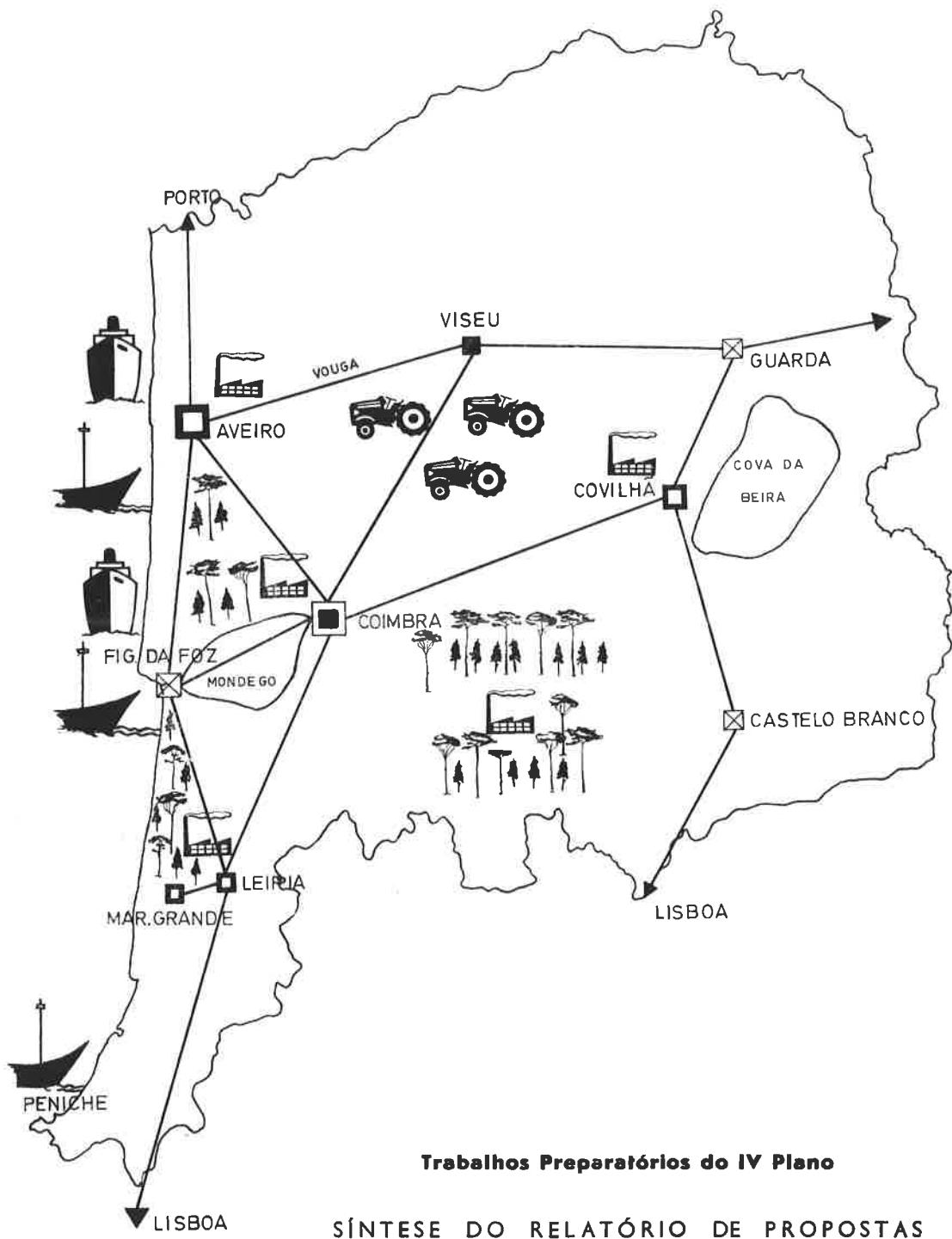
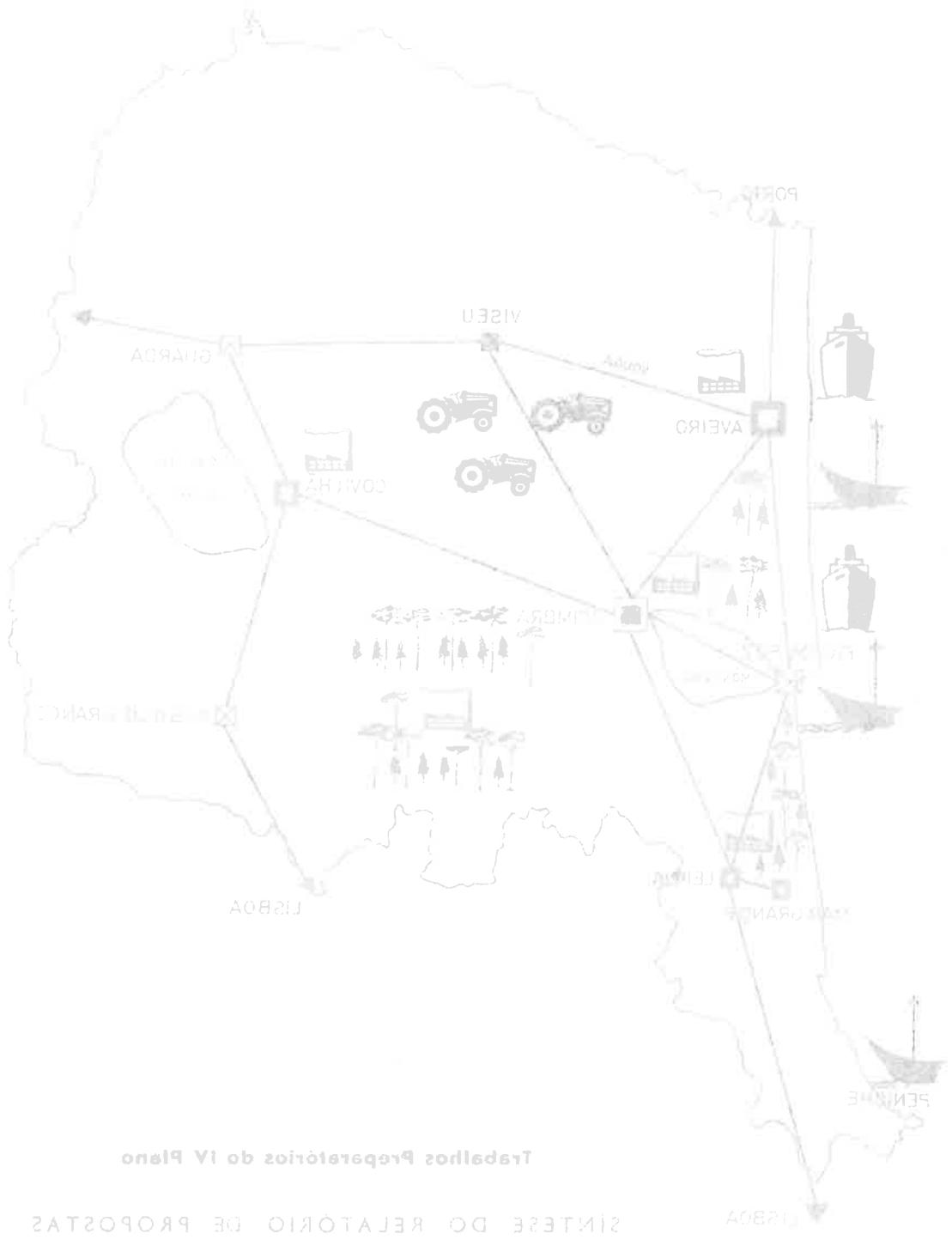


COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO CENTRO



MARÇO DE 1972

COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO CENTRO



MVRGQ DE 1975

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Apresenta-se este texto na sequência do Relatório de Propostas e como elemento para a sua apreciação expedita.

Com efeito, consubstanciam-se aqui, de maneira resumida, os assuntos de maior importância completados no Relatório de Propostas assim como as conclusões reputadas de mais destacado interesse.

Não se dispensa no entanto, dadas as limitações do tempo que houve de enfrentar, e para uma inteira compreensão e uma perspectiva completa da problemática da Região, a leitura integral do texto principal bem como a dos anexos que com ele se relacionam.

O sumário de matéria obedece ao esquema proposto pelo S.T.P.C., a quem se espera proporcionar, com esta versão abreviada do relatório, as facilidades que a sua enorme tarefa de compilação de estudos e trabalhos de análise da informação coligida recomendam e, sobretudo, merecem que se lhes concedam.

O objectivo deste relatório de síntese é no entanto mais lato visto que pretende constituir uma forma, tão prática quanto possível, de estabelecer o diálogo com os interessados nos problemas da Região Centro: autoridades e populações.

Por isso se nos afigura útil chamar desde logo a atenção para o capítulo III sobre as propostas de acções a levar a cabo na Região e as medidas de política destinadas a tornar viáveis tais propostas. Pode dizer-se que aí se concretizam as reais aspirações locais que, em todas as circunstâncias, foram enquadradas em metas gerais, conforme se relata no capítulo II sobre "escolha de objectivos e opções de desenvolvimento".

No capítulo I apresenta-se a análise e diagnóstico da região Centro.

CAPÍTULO I
ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA
REGIÃO CENTRO

1. ANÁLISE DOS DADOS FUNDAMENTAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO CENTRO

1.1. Análise da geografia da Região

A Região de Planeamento do Centro é uma região bastante diferenciada do ponto de vista geográfico. Morfológicamente podem distinguir-se seis áreas distintas:

- os terrenos da orla, predominantemente planos, com cerca de 85% da sua superfície desenvolvendo-se abaixo dos 250 metros, formando uma imensa e fértil planície cortada transversalmente pelos vales do Vouga, do Mondego e do Lis;
- o planalto de Viseu, compartimento do Maciço Antigo, drenado pelos vales encaixados do Mondego e do Dão e formado por uma mancha de solos férteis, aproveitados por uma população bastante densa;
- a cordilheira central que, desenvolvendo-se no sentido NE-SW, isola o planalto de Viseu das plataformas da Beira Baixa e constitui o principal obstáculo natural à penetração no interior. A Cova da Beira sendo a sua mais importante bacia de afundamento impõe-se pela área e pela relativa fertilidade dos seus solos;
- o sistema Montemuro-Nave, cadeia montanhosa situada a norte do planalto de Viseu constituindo um conjunto de montanhas fortemente repulsivo e agreste, onde só o vale do Vouga quebra a unidade do relevo;
- a superfície de Castelo Branco entre a serra da Gar-dunha e o rio Tejo, região onde a secura é o termo dominante, de solos pobres e agricultura extensiva;
- finalmente, no interior nordeste da Região, uma área que é o prolongamento natural da Meseta. 70% da sua superfície desenvolve-se entre os 550 e os 800 metros, constituindo a área mais pobre da Região.

Climáticamente a Região é também diversificada.

A proximidade do oceano, tendo um efeito moderador sobre a amplitude térmica, reflecte-se principalmente na distribuição da precipitação.

Os principais relevos opõem-se à passagem das massas de ar húmido e constituem a principal determinante da localização das áreas mais pluviosas.

Assim, as zonas de maiores precipitações anuais são exactamente o litoral ao norte do Mondego e a região compreendida entre a serra do Caramulo e a Cordilheira Central. As áreas mais secas são as das superfícies da Meseta e de Castelo Branco, subtraídas à influência oceânica pela Cordilheira Central.

As amplitudes térmicas aumentam com a continentalidade e com a altitude. As isotérmicas seguem de perto as curvas de nível, na medida em que a temperatura é influenciada pelas condições orográficas. As maiores e as menores temperaturas anuais verificam-se, assim, na parte interior da Região, isolada da moderação atlântica e sob influência continental.

1.2. Demografia e distribuição territorial da população

A localização espacial da população, quando observada no conjunto do continente, deixa perceber a existência de um desequilíbrio entre as regiões de Lisboa e do Norte e o resto do país. Efectivamente, vive no conjunto formado por aquelas duas regiões cerca de 63% da população total.

Assistiu-se no último decénio, tudo o indica, a um agravamento deste desequilíbrio espacial.

Na Região Centro localizava-se 27% da população do continente em 1970. Na sub-região litoral, 37,5% da área regional, vive 60% da população da Região.

Os concelhos de maior densidade populacional (superior a 250 habitantes por Km²) são um grupo no norte, debaixo da influência do Porto, formado por Ovar, Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira, outro formado por Aveiro e Ilhavo e isolados, Coimbra e Peniche.

Entre o grupo do norte e Coimbra as densidades são em geral superiores a 100 hab/Km², assim como na zona que se estende de Coimbra para a Figueira da Foz e na que vai de Leiria a Caldas da Rainha. No interior é, junto ao Douro, no norte do distrito de Viseu, em Sta. Comba Dão e Covilhã que as densidades atingem aquele valor.

Toda a restante Região apresenta densidades inferiores, não atingindo mesmo os 50 hab/Km² a parte nordeste do distrito da Guarda e a maior parte do de Castelo Branco.

No decénio 1960/70 a população regional diminuiu 9%, enquanto no decénio anterior se tinha mantido estacionária.

A sub-região litoral apresenta uma diminuição de 2% enquanto a sub-região interior apresenta uma diminuição média de 18%, com variações distritais altamente negativas.

Apenas aumentaram de população em 1960/70 os concelhos de Espinho, Feira, Ovar, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis,

Vale de Cambra, Aveiro, Águeda, Leiria, Marinha Grande e Caldas da Rainha.

No seu conjunto, a Região Centro "repeliu" no período de 1960/70 477.916 habitantes o que representa uma taxa de repulsão de cerca de 19%.

Na sub-região interior o efeito repulsivo das condições de vida sobre as populações é muito mais intensa que no litoral.

Em toda a Região apenas três concelhos apresentam atracção populacional: Espinho, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis. Todos os restantes concelhos são de repulsão. Na sub-região litoral ainda aparecem concelhos com taxas inferiores a 10% - Feira, Ovar, Aveiro e Águeda, Montemor, Condeixa e Penela, Marinha Grande, Alcobaça e Caldas da Rainha. Na sub-região interior todos os concelhos, com excepção de Viseu, Tondela, Santa Comba Dão e Oliveira de Frades, Seia, Castelo Branco e V.V. de Rodão, apresentam taxas de repulsão superiores a 20%.

1.3. Emprego

Perante a impossibilidade de obter dados do XI Recenseamento para uma caracterização do emprego na Região Centro, optou-se por uma análise breve dos números recolhidos pelo Serviço Nacional de Emprego que, pese embora o facto de não conhecermos a sua representatividade, traduzem de algum modo os principais problemas do sector do trabalho.

A análise a nível global mostrou que o número de colocações é particularmente baixo não acompanhando, a partir de 1970, o ritmo quer dos pedidos quer das ofertas de emprego. Isso poderá resultar por um lado de os trabalhadores que procuram emprego não possuirem as qualificações indispensáveis aos lugares oferecidos e por outro, do facto dos lugares oferecidos não terem como contrapartida a remuneração considerada satisfatória pelos trabalhadores. Verificou-se também que a diversificação do mercado de emprego na Região é pequena. De facto, em ambas as sub-regiões encontrámos três grupos de profissões fortemente dominantes, chamando a si mais de 50% do movimento registado pelo S.N.E..

Na sub-região litoral aparecem como dominantes os empregados de escritório e vendedores, os trabalhadores indiferenciados e os trabalhadores dos metais. Na sub-região interior, como dominantes surgem os empregados de escritório e vendedores, os indiferenciados e os trabalhadores da indústria textil.

Em relação ao primeiro grupo profissional, aparece-nos em ambas as sub-regiões, um número de pedidos de colocação sempre maior que o número de ofertas de emprego.

A relação "ofertas sobre pedidos" (O/P) tem vindo a deteriorar-se ao longo do período em análise, atingindo em 1971 valores da ordem de 0,25 o que significa que por cada 100, empregados de escritório ou vendedores procurando emprego sómente existem 25 lugares oferecidos.

Quanto aos trabalhadores indiferenciados a situação é

radicalmente diferente. De facto, nesta profissão, as ofertas de emprego são superiores aos pedidos.

É também esta última situação a verificada quanto aos trabalhadores dos metais na sub-região litoral.

Afigurou-se ainda de interesse analisar a situação dos profissionais ligados à indústria textil e às indústrias extractivas na sub-região interior, devido à importância que ambos os ramos industriais aqui assumem.

Verifica-se, em relação ao primeiro grupo profissional, haver um equilíbrio quantitativo entre a oferta e a procura de empregos, obtendo-se contudo baixas relações entre o número de colocações e de pedidos e (ou) ofertas.

Em relação ao segundo grupo de profissionais concluiu-se por carência de mão de obra para os trabalhos na indústria extractiva, através do baixo grau de satisfação das ofertas de emprego.

Pode concluir-se, assim, verificarem-se necessidades de formação e orientação profissional, especialmente no caso dos empregados de escritório e vendedores, devido ao peso particularmente elevado dos pedidos em relação às ofertas e do baixo número de colocações. Noutras profissões assinalou-se, em geral, um excesso entre o número de ofertas e o de pedidos de emprego, quer por motivos de falta de qualificações profissionais dos interessados quer pela falta de coincidência entre os salários oferecidos e pretendidos.

A análise dos números apresentados (Vd. Relatório) sugere sempre um mercado de emprego que se pode caracterizar por um desequilíbrio entre as aspirações dos empresários e dos trabalhadores. Isso permite pensar que haverá toda a conveniência em aprofundar as razões porque existem tão baixos graus quer de ofertas quer de pedidos e actuar no sentido de atenuar ou eliminar essas causas. É uma acção de estudo que se considera particularmente necessária.

1.4. Posição dos grandes sectores de actividade

1.4.1. Sector primário

A identificação das potencialidades agrícolas e florestais, a sua quantificação e a determinação do seu grau de aproveitamento efectuadas com base em critérios variados, especificados no Relatório Preliminar (Vd. pág. 191) levou à delimitação de quatro zonas agrícolas potenciais e de duas zonas críticas. As primeiras designadas por zona de Aveiro, zona de Coimbra, zona de Leiria e zona de Viseu, as segundas com as designações de zona crítica do interior e zona crítica de Pombal - Ansião.

A problemática específica de cada uma destas zonas foi objecto de estudo no Relatório Preliminar.

Elementos mais recentes sobre a sub-região interior elaborados pelo Grupo de Trabalho da Agricultura, permitiram avançar algo mais sobre a zona crítica do interior e sobre a zona potencial de Viseu.

Em relação a ambas as zonas, permitiram nomeadamente um conhecimento mais pormenorizado da estrutura fundiária e do modo de exploração, uma especificação das actividades de desenvolvimento prioritário, um inventário dos pequenos regatios e das possibilidades de instalar outros ou melhorar os já existentes, um estudo dos circuitos de comercialização dos produtos agro-silvícolas e pecuários de maior significado nas respectivas zonas, bem como um estudo da rede de armazenagem normal e frigorífica.

Concluiu-se em ambas as zonas por uma excessiva pulverização e fragmentação das explorações agrícolas, com fraca representação da média e da grande propriedade e predominância do tipo de exploração por conta própria. No sector pecuário predominam também em larga escala as explorações sem dimensão económica.

Como produções de desenvolvimento prioritário citam-se, para ambas as zonas, a cultura da vinha, a fruticultura e a cultura forrageira com vistas ao incremento da actividade pecuária,

apontando-se as áreas de eleição para estas produções. Como nota dominante referem-se as boas possibilidades, (de há muito já reconhecidas), do vale do Dão no campo vinícola, as possibilidades de produção de uva de mesa tardia nos concelhos do norte do distrito da Guarda, junto ao Douro, zona esta com possibilidades, também de incrementar a produção amendoeira que já aqui se pratica e ainda as boas possibilidades da Cova da Beira na produção de horto-frutícolas industrializáveis.

Enumeram-se ainda as vastas áreas de feição predominantemente florestal em ambas as zonas, reconhecendo-se que, principalmente no respeitante ao distrito da Guarda, a área arborizada é muito inferior à que é imperioso florestar.

Dada a exploração intensiva da terra nas pequenas áreas mais férteis, restam apenas restritas zonas onde se possam estabelecer novos regadios. Isto é particularmente verdade no caso do Distrito de Viseu. Para o conjunto das duas zonas, a expansão e melhoramento dos pequenos regadios existentes, cuja enumeração praticamente exaustiva se faz, beneficiaria bastante a produtividade da terra.

Finalmente concluiu-se serem defeituosos os circuitos de comercialização e ser bastante insuficiente ainda a rede de armazenagem, com particular acuidade para a rede frigorífica, preconizando o Grupo de Trabalho da Agricultura algumas medidas para a modificação da situação existente.

1.4.2. Sector secundário

Da análise que se efectuou no Relatório Preliminar sobre a distribuição concelhia do valor líquido da produção da indústria transformadora na Região Centro (estabelecimentos de 21 e mais pessoas) resultou a identificação de quatro áreas:

- duas com características acentuadamente industriais: uma que se identifica praticamente com o distrito de Aveiro e outra constituída pelo eixo Leiria-Marinha Grande e pelos concelhos que lhe são meridionais;
- outra, no eixo Figueirada Foz-Coimbra, que pode vir

a constituir linha de penetração do desenvolvimento no interior;

- outra, ainda, formada pela Covilhã e alguns concelhos do sul e do distrito da Guarda.

Para confirmar a validade de tais conclusões refez-se a análise, agora em termos de emprego e capital fixo, de modo semelhante à que havia sido feita na óptica do valor líquido da produção.

De uma maneira geral, verificou-se não haver alterações a fazer às conclusões anteriormente obtidas.

Merecem destaque, contudo, alguns resultados desta reanálise.

Tanto o emprego como o capital fixo da indústria transformadora da Região corresponde a 22% e 18% dos respectivos valores a nível do Continente. Concentram-se na ordem dos 70% em dois dos distritos da sub-região litoral, que são Aveiro e Leiria, tendo, no primeiro, posição dominante - cerca de 40%.

Esta preponderância de Aveiro já não subsiste quando se considera a dimensão média dos estabelecimentos. A este respeito distinguem-se o distrito de Leiria (essencialmente quanto a pessoal empregado) e o da Guarda (sobretudo no que respeita a capital fixo). Este último não é acompanhado pelos outros distritos da sub-região a que pertence pelo que esta sub-região apresenta valores inferiores aos da sub-região litoral.

O desequilíbrio entre as sub-regiões atenua-se, no entanto, ao considerar a produtividade do trabalho (capitação, por trabalhador, do valor líquido da produção da indústria transformadora). Essa capitação é, para a sub-região litoral de 39 contos e para a sub-região interior de 36. Os maiores valores são assumidos por Aveiro (41,2 contos) e Castelo Branco (40,8 contos). Concluiu-se, ao contrário do que seria aparentemente de prever, que os distritos com maior dimensão média de estabeleci-

mentos não são os que apresentam maior produtividade do trabalho.

Estas conclusões referem-se ao ano de 1964. Salientemos também alguns dos traços característicos da evolução verificada entre 1957/59 e 1964.

Neste período, o emprego e o capital fixo cresceram, na Região, a um ritmo superior ao verificado para o Continente. O contrário, no entanto, aconteceu em termos da dimensão média do estabelecimento, pelo que se concluiu ter-se dado um acréscimo exagerado de pequenos estabelecimentos na Região.

Por outro lado, a evolução observada pela dimensão média dos estabelecimentos na Região, segundo as três concepções desta dimensão - pessoal, capital fixo e valor líquido da produção em comparação com os dados do Continente, evidencia como mais crítico o crescimento que se deu na Região, em termos de capital e valor líquido da produção. Esta situação é sintomática dum menor aumento da produtividade média do trabalho e do grau de capitalização nos estabelecimentos da Região Centro, relativamente ao Continente.

Esta deterioração da posição regional em relação ao Continente é, no entanto, acompanhada duma atenuação das disparidades existentes entre a dimensão média dos estabelecimentos nas duas sub-regiões. Com efeito, em qualquer das ópticas consideradas, a evolução verificada na sub-região interior, com particular relevo para o distrito da Guarda, é superior à verificada na sub-região litoral.

A evolução da produtividade do trabalho deu-se no sentido de ampliar as diferenças já existentes em 1957/59, entre as duas sub-regiões, o que não se mostra paralelo, portanto, com a já referida aproximação das mesmas, em termos de dimensão de estabelecimentos.

1.4.3. Sector terciário

Concluindo a análise dos dados fundamentais do desenvolvimento económico no que respeita à posição dos grandes sectores de actividade, passa-se agora à situação do sector terciário focando, nomeadamente, três aspectos específicos: distribuição, transportes rodoviários e crédito.

Comecemos pela caracterização da actividade distribuidora. Essa caracterização, na Região Centro, deverá passar pela regionalização dos problemas fundamentais com que essa actividade se defronta a nível do Continente:

- pulverização e dimensão reduzida das empresas
- pouca difusão de supermercados e cooperativas de consumo e inexistência de associações de retalhistas e consumidores
- deficiente formação técnica dos empresários
- insuficiência de infraestruturas (armazéns, estações fruteiras, silos, adegas, etc.)
- desorganização dos circuitos de distribuição
- falta de dinamismo da estrutura institucional que superintende nas actividades de distribuição, sendo essa estrutura demasiado onerosa
- dependência do crédito bancário de curto prazo.

Os dados disponíveis para concretizar estas dificuldades ao nível da Região não são muitos.

Fica-nos, contudo, a certeza de que aqueles problemas se reflectirão aqui com grande acuidade devido ao atraso relativo da Região Centro em relação ao Continente.

Com base nas Estatísticas das Sociedades avaliou-se em relação ao comércio por grosso e ao comércio a retalho:

- a importância da Região relativamente ao Continente
- a sua evolução na Região

- a distribuição pelos distritos e sub-regiões que a constituem.

Verificou-se que o comércio por grosso abrangia em 1970, na Região, 15,3% do total das sociedades do mesmo sector, a que correspondia 8,7% do capital social, 10,8% do pessoal e 10,5% das receitas. A maior percentagem do número de sociedades em relação aos outros indicadores revela uma dimensão empresarial inferior à média do Continente. No confronto entre sub-regiões é a do litoral que apresenta a maior parcela e, dentro desta, o distrito de Aveiro com cerca de 1/3 de todas as sociedades de comércio por grosso da Região.

Quanto ao comércio a retalho verifica-se que o peso relativamente ao Continente do ponto de vista do capital social (12,1%), pessoal (11,4%) e receitas (11,1%) é maior do que no comércio por grosso, embora o número de sociedades seja cerca de metade (7,8%). É também a sub-região litoral a mais importante, mas dentro desta destaca-se o distrito de Coimbra. Contudo, no comércio a retalho os valores observados não serão muito significativos, porquanto é muito mais importante o número de comerciantes em nome individual e nós considerámos apenas as sociedades.

A finalizar registe-se de novo que 74% das sociedades de comércio por grosso da Região encontram-se no litoral, das quais 34,7% no distrito de Aveiro, assim como, 72,5% das sociedades de comércio retalhista, mas desta vez com proeminência para o distrito de Coimbra com 28,9% do total regional.

Em relação aos transportes rodoviários de mercadorias verifica-se que a Região, com 7 491 automóveis de mercadorias em 1970, representa 26,5% do total do Continente. Distinguindo entre veículos legeiros e pesados as percentagens são respectivamente de 24,6% e 27,3%.

Sobressai a importância relativa da sub-região litoral com 61,4% do parque, sendo de destacar os distritos de Aveiro e

Coimbra, que conjuntamente, representam quase 44%.

É importante também, ter uma ideia da relação entre os automóveis de mercadorias de transporte particular e de transporte público. No Continente a relação é de 7,8 ao passo que na Região é de 8,6, destacando-se, dentro desta, a sub-região litoral, com 9,6. Isto quer dizer que na Região existem 8,6 vezes mais veículos particulares de transporte de mercadorias do que transportes de aluguer, sendo essa razão aumentada para a sub-região litoral.

Constata-se também que a dimensão da empresa de transporte na Região é inferior à do Continente. Com efeito enquanto que aqui as empresas com 1 a 5 pessoas ao serviço representam 79,6 do total, na Região essa percentagem sobe para 83,6%.

O número de empresas de transportes da Região representa 17% do total do Continente. Estes 17% estão em 10,4% para o litoral e 6,6% para o interior.

Finalmente, analisam-se alguns problemas do crédito regional, através do desconto de efeitos comerciais efectuado em 1970.

O seu peso em relação ao Continente é, quanto ao número, de 21% e, quanto ao valor (mais significativo), de 12,8%. Vê-se assim assim ser de pequena importância o movimento de descontos comerciais na Região, o que não surpreende, atendendo à grande concentração destas operações bancárias em Lisboa e Porto.

No confronto entre o litoral e o interior verifica-se uma predominância nítida da primeira sub-região com 82,9% do número de descontos e 78% do seu valor. O distrito de Aveiro, como seria de esperar, concentra cerca de 40% do número de efeitos descontados na Região, a que corresponde 34% do valor dos descontos totais.

Relativamente aos prazos de vencimento, o maior número de efeitos tem um prazo de vencimento inferior a 15 dias. Contudo, em relação ao valor, a preponderância é para prazos maiores: 60

a 90 dias, 34,2%; 90 a 180 dias 33,2%.

Registe-se a terminar que a evolução de 1968 a 1970 dos descontos comerciais é crescente no litoral e decrescente no interior, mantendo-se crescente no conjunto da Região, mas de ritmo pouco acentuado.

1.5. Situação Social

Passa-se agora à análise da situação social da Região.

E começa-se por fazer uma primeira caracterização introdutória e geral através de alguns indicadores de significação genérica, tratando-se mais circunstancialmente, nas três alíneas seguintes, da caracterização específica dos sectores do ensino, da saúde e da habitação.

A comparação de alguns indicadores económicos de base (produto per capita, produto bruto na indústria, estabelecimentos industriais com mais de 20 pessoas ao serviço) deixa pressentir uma situação de inferioridade dos distritos que formam a Região Centro, com excepção para Aveiro, em relação aos indicadores referentes ao Continente.

Nota-se ainda que essa desigualdade se tem mantido no tempo e que se agrava, dentro da Região, à medida que se caminha para o interior.

Efectivamente o produto per-capita era inferior ao do Continente em todos os distritos e também 1953 como em 1964, com excepção, para este último ano, do distrito de Aveiro que apresentava uma capitação praticamente igual à do Continente (10 contos). É, de resto, Aveiro o único distrito que assume percentagem significativa do produto bruto gerado na indústria situando-se a Região, nos dois anos considerados em percentagens que pouco ultrapassam os 20% do Continente. Desta percentagem cabem cerca de 15% à sub-região litoral.

É ainda na sub-região litoral que se situam 75,5% dos estabelecimentos industriais com mais de 20 pessoas existentes na Região e são os distritos que a formam, juntamente com Viseu os que detém maiores percentagens de famílias com rendimento superior a 60 contos. Neste último aspecto, convém notar que os maiores valores achados, Aveiro e Coimbra, com 0,8%, são iguais a metade da percentagem média do Continente.

Analizando a taxa de crescimento anual do produto industrial verifica-se que apenas Leiria e Aveiro cresceram a taxas

respectivamente igual e superior à taxa média do Continente, o que explica que a participação do produto bruto industrial dos outros distritos se tenha deteriorado no período de 1953 a 1964.

Esta assimetria entre o litoral e o interior da Região permanece quando se observam outros indicadores económico-sociais como sejam espectadores de espectáculos públicos por 1 000 habitantes, televisores, rádio-receptores e automóveis ligeiros por 1 000 habitantes; também e quando se analisa a distribuição de algumas profissões liberais com relevância social. Só com uma diferença: é que quanto a médicos e advogados exercendo a profissão liberal o dualismo regional não é tanto entre o litoral e o interior mas sim entre Coimbra e o resto da Região.

A especificação, por concelhos, de um outro indicador de nível de vida - o consumo per capita de energia eléctrica para fins domésticos - altera um pouco o habitual dualismo regional, permitindo encontrar também alguns concelhos no interior, com níveis de capitação semelhantes a algumas zonas litorais. São os casos dos concelhos da Covilhã, Castelo Branco, Guarda, Seia, Manteigas, Gouveia e mais alguns outros que formam uma pequena cintura já com alguma industrialização. No litoral aparecem os concelhos de Coimbra, Aveiro, Marinha Grande, Figueira da Foz e quase todos os do litoral do distrito de Leiria com capitações mais elevadas que a generalidade dos concelhos.

(Vd. Mapa 1.7. do Relatório Preliminar)

1.5.1. Ensino e Cultura

Uma colheita directa de dados junto dos ficheiros do Serviço de Estatística da Secretaria Geral do M.E.N. (antigo G.E.P.A.E.) permitiu fazer um cotejo a nível concelhio dos estabelecimentos de ensino existentes e, consequentemente, das principais carências.

Excluindo o ensino primário elementar, sem situações específicas a anotar, algumas conclusões se podem enunciar:

- muito poucos centros urbanos são beneficiados com estabelecimentos de ensino infantil
- o ciclo complementar do ensino primário (5a e 6a classes) está muito pouco difundido
- nem todos os concelhos estão ainda dotados de Escola Preparatória
- a rede do ensino secundário post-obrigatório é de malha bastante aberta, excepção feita para o ensino técnico-comercial e industrial dos distritos de Aveiro e Leiria
- a grande maioria dos concelhos só possui estabelecimentos particulares, na quase totalidade sem ensino técnico.

Mais concretamente verificou-se:

- haver três concelhos sem qualquer estabelecimento do C.P.E.S. - oficial ou particular; são eles S. João da Pesqueira, Murtosa e Pedrógão Grande;
- que oito - concelhos (Bombarral, Óbidos, Vila de Rei, Vila Velha de Ródão, Miranda do Corvo, Cinfães, Tarouca, Armamar) possuem sómente postos de telescola;
- que só as cidades possuem liceus; exceptua-se Pinhel que não tem e as quatro localidades do distrito de Aveiro recentemente dotadas deste tipo de ensino oficial, sem serem cidades
- que há ainda na Região treze concelhos sem quaisquer estabelecimentos de ensino post-obrigatório, concentrando-se seis deles na cintura de Serra da Lousã (Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Miranda do Corvo e Poiares).

Verificou-se finalmente ter sido apreciável a criação por parte do M.E.N. de estabelecimentos liceais no distrito de

Aveiro e ter sido bastante intensa, nos últimos dois anos, a criação de Escolas Preparatórias na Região. No entanto, se se fixar como meta, a necessidade de dotar cada-concelho com pelo menos uma escola oficial do ciclo preparatório directo, verifica-se que há 36 concelhos da Região sem escola preparatória, dois terços dos quais na sub-região interior.

Passando à caracterização da situação da frequência da escola determinaram-se níveis de escolarização globais relacionando a população escolar ou com a população.

Sobressaíram dois valores: o de Coimbra como o mais alto e o de Leiria, como o mais baixo de todos.

A medição do nível de cumprimento da escolaridade obrigatória através de todas as vias possíveis permitiu concluir que a Região se encontrava, em 1970, em situação bastante inferior à média do Continente, exceptuando o distrito de Aveiro. A escolaridade obrigatória na Região Centro fica-se, assim, pela 4ª classe do ensino elementar para uma percentagem de população com idade escolar que oscila entre os 32,5% para o distrito de Aveiro e os 51,1% para o da Guarda.

O nível de escolarização post-obrigatória conduziu-nos, com excepção do distrito de Coimbra, mais uma vez a valores distritais inferiores ao do Continente. Os valores mais baixos são os de Aveiro e Viseu.

Medindo a percentagem de alunos do ensino secundário que frequentavam o ensino técnico concluiu-se serem os mais industrializados, os de Aveiro e Leiria, aqueles a que correspondem maiores percentagens, respectivamente 72,4% e 59,0%.

Estudou-se depois, através dos elementos disponíveis, a situação da Universidade de Coimbra no quadro do ensino superior nacional e em face da região em que se insere.

Concluiu-se que a atracção exercida, concorrente da que exercem as universidades lisboetas, tem mais interesse ao nível nacional que ao nível regional. Em ambos os alcances esse

poder de atracção tem decrescido, pressentindo-se que tem sido a procura dos novos cursos técnicos, inexistentes na Universidade de Coimbra, que tem subtraído estudantes a esta universidade, tanto mais que a sua frequência global tem crescido.

A ausência desses cursos de índole técnica, que são os mais importantes para o preenchimento dos quadros necessários à promoção do desenvolvimento económico, para além de contribuir para a queda da posição que a Universidade de Coimbra vinha mantendo no panorama universitário nacional, constitui o principal factor limitativo da sua acção na Região onde está situada.

Por último, da observação do quadro cultural regional concluiu-se que, duma maneira geral, a Região, com excepção de Coimbra, não visita bibliotecas nem museus.

A sub-região interior vê muitos espectáculos que não sejam de cinema, vê menos televisão e ouve menos rádio, vai muito menos vezes por ano ao cinema. Além disso não tem imprensa diária, lê a imprensa regional com maior atraso que a sub-região litoral, situação agravada ainda pelo facto de a imprensa diária, principalmente a de Lisboa, aí chegar, em regra, com um dia de atraso.

1.5.2. Saúde e assistência

Para o diagnóstico da situação sanitária da Região Centro fez-se uma apreciação dos principais indicadores de saúde e de algumas causas de morte analisando-se em seguida os meios existentes quer materiais, quer humanos, fazendo, por fim, algumas considerações sobre a assistência infantil e assistência às pessoas idosas.

A análise da mortalidade infantil, da mortalidade proporcional de 1 - 4 anos, de algumas taxas de mortalidade específica e de percentagem de óbito sem certificação e de partos sem assistência no período de 1965 a 1970 permitiu concluir, para a quase totalidade dos indicadores e em linhas gerais,

- uma melhoria relativa da Região face ao Continente
- uma tendência geral para o abaixamento das taxas
- uma melhor situação da sub-região litoral.

Contudo as taxas em geral, obtidas para o distrito de Aveiro, aproximam-nos mais, sob o ponto de vista sanitário, da sub-região interior.

A especificação por concelhos do primeiro e do último indicadores, permite observar em 1970, uma mancha de valores de mortalidade (56,9) que ocupa a quase totalidade dos distritos da Guarda e Viseu e que se prolonga, no sentido do litoral, pelos concelhos do norte do distrito de Aveiro. Para o sul, esta mancha vai do concelho de Tábua até ao da Sertã prolongando-se numa linha que engloba os concelhos da baixa bacia do Zêzere e do perímetro da Serra da Lousã (Vd. Mapa 1.9.1. do Relatório de Propostas).

A distribuição dos partos sem assistência mostra uma posição mais favorável dos concelhos do sul do distrito de Leiria e dos concelhos de Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Coimbra, Aveiro, Águeda e S. João da Madeira, com percentagens abaixo dos 20%. Todos os restantes concelhos assumem percentagens elevadas, com particular relevo para uma extensa área formada pelos concelhos do norte dos distritos da Guarda, Viseu e do interior do de Aveiro, que se estende desde Pinhel a Arouca e Vale de Cambra. Os valores assumidos nesta zona crítica e algumas outras de menor extensão ultrapassam os 65%.

A armadura hospitalar oficial da Região é constituída por 96 hospitais assim distribuídos

hospitais centrais	1 -(Coimbra)
hospitais concelhios	11 -Aveiro, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Figueira da Foz, Leiria, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Guarda Viseu e Lamego..
hospitais locais	8
hospitais concelhios	76

Existem, ainda alguns concelhos sem qualquer hospital, nomeadamente os do litoral dos distritos de Coimbra e Leiria.

O número de camas hospitalares por 1 000 habitantes varia desde 1,6 em Leiria a 3,4 em Coimbra situando-se os outros distritos em valores intermédios, bastante aquém do mínimo aceitável como se vê (6 camas por mil habitantes).

Com a entrada em funcionamento para breve dos centros hospitalares de Coimbra e Caldas da Rainha os respectivos índices distritais subirão para 6,3 e 2,6. Mas o índice que se obterá então para Coimbra não deverá levar-nos a conclusões demasiado optimistas na medida em que grande parte do equipamento hospitalar de Coimbra está adstrito à Região hospitalar e não apenas ao distrito.

Os estabelecimentos especiais oficiais com internamento são muito poucos. A maior parte dos existentes na Região são particulares, como particulares são ainda os hospitais gerais com internamento dos concelhos onde não existem estabelecimentos oficiais ou estes se mostram inadequadas.

Dos 49 estabelecimentos particulares existentes, 33 situam-se nos distritos litorais.

A distribuição dos meios humanos mais importantes no sector saúde - médicos e pessoal de enfermagem - permitiu-nos sempre encontrar relações mais elevadas de habitantes por médico ou por profissional de enfermagem na Região Centro, em comparação com o Continente e valores mais que duplos da sub-região interior em relação à litoral. Por distritos os valores de Coimbra são francamente melhores, cerca de metade dos verificados no Continente.

Em posição ainda satisfatória está também o distrito de Aveiro, com valores mais elevados, mas ainda assim próximos da média regional.

Considerando, por último, os estabelecimentos de assistência infantil nas suas diferentes modalidades, verifica-se

que apenas em relação aos internatos se deve verificar um excedente pois se recorre ao internamento para resolver problemas que requeriam outro tipo de solução.

Quanto a semi-internatos existem carências, sobretudo nas zonas urbanas, em relação a alguns tipos: creches, jardins de infância, etc..

Quanto ao equipamento de assistência a pessoas idosas - - tipo internato - ele é particular na maior parte. Verifica-se também que a capacidade média por internato varia de distrito para distrito situando-se, para quase todos, em valores inferiores ao mínimo aceitável sob o ponto de vista de rentabilidade económica (60 lugares). O défice de camas que para a Metrópole é da ordem dos 70% situa-se, em todos os distritos, com exceção do de Leiria, em valores bastante superiores.

Sendo o envelhecimento da população um facto irreversível, parece ser este problema da assistência a pessoas idosas um assunto a encarar com objectividade não só na Região como no País.

1.5.3. Habitação e urbanismo

A concluir o estudo da habitação social da Região fez-se uma análise da situação habitacional,基本上 com os dados do X Recenseamento de 1960, actualizando-a depois, na medida do possível, com dados posteriores.

A situação habitacional em 1960 era, fundamentalmente uma situação carencial. E através da distribuição regional dessas carências habitacionais verifica-se, grosso modo, que as deficiências quantitativas atingem mais os distritos litorais que os do interior, ao passo que nestes, as comodidades dos alojamentos se mostram mais carecidas, mormente nos da Guarda e Viseu que ocupam os últimos lugares entre os distritos do Continente quanto a fogos com água, electricidade, esgotos e casa de banho.

Efectivamente, é maior, em 1960, o excesso de famílias sobre o número de fogos na sub-região litoral, é maior também a

percentagem de agregados sem alojamento ou com alojamento sem ser em prédio e é maior ainda o número de famílias vivendo em regime de coabitação. Quanto à super lotação de fogos não se delinea já uma separação tão nítida como nos indicadores anteriores entre o litoral e interior. Os distritos que apresentam valores mais elevados são Viseu e Aveiro exactamente aqueles onde a densidade de ocupação dos fogos é também mais elevada (Vd. Mapa 1.10.1. do Relatório de Propostas).

Elementos recentemente publicados do XI Recenseamento põem-nos perante uma situação radicalmente diferente da que existia em 1960. De carência de habitações passa-se agora a excesso de alojamentos traduzido em percentagem de alojamentos vagos que vão desde 10% do total em Aveiro a 27% no distrito da Guarda.

A representação à escala concelhia do excedente de alojamentos sobre o número de famílias permite concluir que, com a exclusão de alguns concelhos do distrito de Aveiro e do concelho de Coimbra mantêm uma pequena margem de alojamentos vagos que a experiência do mercado da habitação aconcelha, e salvaguardando alguns concelhos do distrito de Leiria onde a existência de praias e estâncias termais obrigam uma margem de alojamentos vagos para fazer face à procura turística, parece estar-se perante uma situação resultante de êxodo populacional verificado com grande intensidade na última década. Com efeito, o maior número de alojamentos não ocupados corresponde em geral aos concelhos em que o decréscimo populacional foi mais intenso.

Este número médio de alojamentos vagos por concelho, contudo, diz muito pouco sobre a situação qualitativa da habitação e principalmente sobre a situação da super lotação de fogos em 1970. Como, porém a construção de habitações na década em análise se intensificou sobretudo a partir de 1964, data de inclusão do sector no Plano Intercalar, é de prever que as características da habitação na Região tenham melhorado de 1960 a 1970 e que tenham sido abandonados alguns alojamentos em piores condições.

2. Inventariação de potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento

2.1. Sector primário

A) Potencialidades

A classificação que o Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (S.R.O.A.) utilizou, com base para a elaboração da Carta de capacidade de uso do solo divide os solos, quanto à sua capacidade, em

Classe A - solos com capacidade de uso agrícola

Classe F - solos com capacidade de uso florestal

Classe C - solos com capacidade de uso agrícola condicionado.

Dos 2 745 645 ha cobertos pela Região Centro apenas 524 390, cerca de 19%, revelam franca aptidão agrícola, sendo de 2 121 037 ha a área com capacidade florestal e agroflorestal.

Os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria são os que apresentam maior aptidão agrícola, sendo respectivamente de 32,4%, 25,4% e 30,6% a proporção em que neles figuram os solos de classe A. No distrito de Viseu os solos com aptidão agrícola representam 17,5% da área do distrito.

Os distritos da Guarda e Castelo Branco são os que revelam piores aptidões agrícolas, representando os solos da classe A respectivamente 14,4% e 8,6%.

Em valores absolutos é também nos distritos do litoral que se encontra maior representação dos solos com boa aptidão agrícola, abrangendo áreas de 107 671, 100 360 ha e 90 609 ha respectivamente em Leiria, Coimbra e Aveiro, seguindo-se Viseu com 87 800 ha e Guarda e Castelo Branco com 79 964 e 57 386 ha.

Conclui-se assim que os solos da classe A predominam na sub-região litoral, enquanto na sub-região predominam os solos

da classe F.

B) Obstáculos ao desenvolvimento

Os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura não podem considerar-se apenas como consequência exclusiva da situação agrária regional, mas também como fruto de um desequilíbrio no modo como as actividades económicas se vieram desenvolvendo ou deixaram de se desenvolver. Tudo isto, juntamente com factores que ultrapassam o âmbito da Região, teve como consequência a formação de anacronismos na interdependência dos homens e nas relações destes com o meio.

Na ausência de polos de desenvolvimento criadores e fomentadores de outras actividades, a população viu-se obrigada a procurar na agricultura a sua principal fonte de subsistência, o que se traduziu, por um lado, em trazer para a agricultura solos de fraca aptidão e, por outro, no parcelamento excessivo da propriedade com consequências inevitáveis na baixa produtividade da terra e dos outros factores.

Constata-se assim uma sobreutilização agrícola a par de uma subutilização de algumas zonas com boas aptidões florestais. Esta subutilização florestal resulta também da fraca disponibilidade de capitais que só poderá ser superada por uma eficaz política de fomento florestal nomeadamente no campo do crédito a longo prazo.

A propriedade da Região apresenta uma estrutura minifundiária, com uma área média de exploração muito inferior à do Continente e com elevado número de parcelas por exploração.

A área média das explorações aumenta dos distritos do litoral para os do interior enquanto o número de parcelas por exploração sofre evolução contrária, com excepção do caso de Viseu (Vd. Relatório Preliminar, Quadro da pag. 58).

Esta estrutura da propriedade tem como consequência uma baixa produtividade dos factores produtivos impedindo o incremen-

to da mecanização e tendo como resultado um acréscimo de sacrifício dos que trabalham a terra e a redução da rentabilidade das explorações.

Entre os obstáculos sócio-culturais podem-se citar o baixo nível de formação dos empresários agrícolas.

2.2. Indústria

Através da análise efectuada no Relatório Preliminar conclui-se, como se disse atrás, haver na Região Centro essencialmente quatro áreas com características industriais:

- uma que praticamente se identifica com o distrito de Aveiro
- outra constituída pelo eixo Leiria - Marinha Grande e concelhos meridionais
- outra formada pela Covilhã e pelos concelhos meridionais do distrito da Guarda
- finalmente outra no eixo Figueira da Foz - Coimbra.

Em relação à primeira área sabe-se que ela ocupa posição destacada no panorama industrial do norte do país, tendo uma estrutura sectorial bastante diversificada e dinâmica.

Os centros industriais que mostram potencialidades de vir a ser zonas de eleição na localização do investimento industrial são, segundo o Grupo de Trabalho da Indústria: Vista Alegre (Ílhavo), Aveiro, Cacia, Estarreja, Águeda e Albergaria-a-Velha.

Não se conhecem de momento obstáculos ao desenvolvimento da indústria desta área que não sejam os apontados no Relatório Preliminar (Vd. pág. 120 segts) a propósito do estudo de algumas actividades industriais aqui especialmente implantadas, como a celulose, papel e aglomerados de madeira, as metalomecânicas, a montagem de automóveis e poucas mais. As principais dificuldades apontadas relacionaram-se, em quase todos os casos, com a obtenção das matérias primas, com

problemas de mão-de-obra qualificada, problemas de crédito, de mercado, etc..

Quanto à área de Leiria - Marinha Grande as características das indústrias aqui instaladas (aproveitando matérias primas locais) e a situação geográfica da zona denunciam um duplo conjunto de potencialidades: recursos naturais (argilas, areias finas, calcários e margas, mármores, sal-gema, linhites e reservas florestais) e proximidade de mercados.

É, com base neste conjunto de recursos que há-de fazer-se o crescimento industrial da zona fomentando o desenvolvimento das actividades já instaladas e diversificando o parque industrial no sentido das indústrias de alimentação e bebidas e transformadoras ligeiras.

O principal obstáculo que se pode apontar ao desenvolvimento da zona é a grande dependência ainda dos sectores transformadores de produtos minerais não metálicos. Existem também problemas de tecnologia e formação de mão-de-obra, problemas de dimensão empresarial e dificuldades ligadas à importação de equipamentos.

Em relação à zona Figueira da Foz - Coimbra existem determinados factores que poderão vir a ter decisiva importância na promoção de Coimbra como verdadeiro polo industrial tais como alguma indústria já existente, disponibilidades de mão-de-obra e facilidades de comunicações. A existência de um centro universitário que, modernizado e virado para a investigação industrial, poderia ter contribuição importante no desenvolvimento industrial da zona, sobretudo na implantação de indústrias de elevado nível tecnológico, e as potencialidades derivadas do radio do baixo Mondego são, contudo, as duas possibilidades dominantes da área.

Como medida de consolidação e ampliação desse potencial industrial poderá citar-se ainda o contributo que a Figueira da Foz pode dar nos ramos de construção naval e de transformação de

produtos marinhos.

Por último, a área da Covilhã, tradicionalmente zona industrial de lanifícios, defronta-se neste momento com problemas básicos de reestruturação e de diversificação industrial. Estes objectivos poderão conseguir-se pelo aproveitamento integral de todas as potencialidades da Região que são essencialmente as potencialidades da área integrada da Cova da Beira.

2.3 Turismo

São basicamente três os factores de vocação turística da Região Centro: o termalismo, a montanha e as praias.

Com efeito mais de 50% do número de inscrições termais no Continente, referem-se a estabelecimentos situados na Região, absorvendo cinco estações termais, só por si, mais de 35% dessas inscrições.

Além disso situam-se na Região as serras de maior altitude do País e as únicas que possibilitam a prática de desportos de inverno, oferecendo ainda algumas serras boas condições para a criação de reservas naturais, parques florestais e cinegéticos.

Situa-se ainda na Região uma extensa lista de praias, algumas delas já de renome, mesmo a nível internacional, cujo equipamento hoteleiro é razoável na maior parte dos casos.

Finalmente não devem esquecer-se alguns centros urbanos possuindo factores de atracção turística quer pela sua riqueza monumental e arquitectónica, como por exemplo Coimbra, quer pelo encanto especial da sua configuração como por exemplo Óbidos, Leiria, etc..

Os principais problemas que impedem o desenvolvimento turístico da Região resumem-se essencialmente na falta de instalações hoteleiras e no mau estado ou na inexistência de vias de comunicação. Estas carências são mais agudas no interior que no litoral da Região.

3. Estado de execução do III Plano de Fomento em matérias de investimentos públicos.

Nos vários relatórios apresentados pelos diferentes grupos de trabalho, nomeadamente nos relatórios dos grupos 1, 2 e 6 (Infraestruturas e Cova da Beira), assim como no Relatório de Resposta ao Questionário Regional do S.T.P.C. (1ª parte) desta Comissão de Planeamento, aparecem referências a alguns empreendimentos do sector público previstos no III Plano de Fomento.

Trata-se porém, de referências vagas e dispersas, surgidas a propósito dos estudos efectuados, que raramente indicam grandezas de investimento e, na maior parte dos casos, não permitem distinguir se os empreendimentos são apenas programados ou já em curso, nem permitem conhecer o seu estado de execução.

Deste modo não nos é possível avaliar de momento e com a objectividade que o assunto requeria, o estado de execução dos investimentos públicos previstos no III Plano.

Será assunto a tratar quando melhor disponibilidade de dados o permitir.

C A P Í T U L O II

ESCOLHA DE OBJECTIVOS E OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

1. PERSPECTIVAS GERAIS DA EVOLUÇÃO REGIONAL

1.1. População Total

Para efeito de projecção de população foram tomados em globo todos os movimentos para o exterior uma vez que não era possível determinar regionalmente nem migrações internas, nem emigrações clandestinas, nem contingentes militares.

Assim os componentes de variação populacional considerada foram apenas a natalidade e a atracção/repulsão.

Quanto às duas primeiras variáveis verificou-se o comportamento, ao longo do tempo, de indicadores tais como a razão entre nados-vivos e óbitos durante o ano de 1970 e a população no fim desse ano. Verificou-se que, de um modo geral, os indicadores de natalidade de 1950 a 1970 têm tendência decrescente enquanto que os de mortalidade se apresentam estáveis, no mesmo período.

Estes fenómenos aparecem razoáveis à luz das altas taxas de repulsão que são, também, regra geral - a população que não emigra tem, por outro lado, menores taxas de fertilidade e, por outro, maior mortalidade.

Verificado o agravamento generalizado nas condições de crescimento natural no conjunto das regiões do país, e considerando que a principal determinante deste factor é a elevada repulsão populacional puseram-se as seguintes hipóteses quanto ao comportamento dos fenómenos em estudo, no próximo decénio:

1- Manterem-se no período de 70/80 os condicionamentos de evolução populacional do decénio anterior, o que se traduziria por taxas de atracção/repulsão idênticas às de 1960/70. Admite-se que a natalidade e a mortalidade continuariam a evoluir ao ritmo anterior com taxas de variação em 70/80 iguais às de 60/70.

Aplicando à taxa de 1970 a evolução percentual do período de 60/70 obteve-se a taxa de 1980 e admitiu-se,

depois, para a determinação das taxas ano a ano uma variação uniforme.

Este procedimento foi aplicado separadamente à natalidade e à mortalidade.

Aplicando à população de 1970 a taxa de repulsão do período de 1960/70 obteve-se a repulsão do decénio que se repartiu igualmente por todos os anos.

Assim se obteve a projecção que se apresenta sob o aspecto de hipótese I.

2- Quanto à hipótese 2 admitiu-se alterarem-se as condições que determinam as saídas de população, quer pela criação de condições de fixação de populações internamente, quer pela alteração das condições de trabalho nos países de destino da emigração. Admitiu-se, também, que a redução das taxas de repulsão seria maior nos distritos em que o fenómeno se manifestava com menor intensidade (litoral) e que a atracção dos distritos de Lisboa e Setúbal se mantinha crescente.

Admitiram-se, depois, dois tipos de efeitos deste fenómeno sobre o crescimento natural:

2.1. - O de provocar uma estabilização das taxas de natalidade e de mortalidade aos níveis de 1970 (Hipótese 2.1.).

2.2. - O de provocar uma diminuição dos ritmos de declínio das taxas de crescimento natural nos próximos 10 anos. (Hipótese 2.2.).

Para a atracção(repulsão) a quantificação desta hipótese foi a seguinte - era possível obter uma redução de 25% nas taxas de repulsão dos distritos do litoral excepto Viana do Castelo sendo neste distrito, nos do interior e

nas ilhas a redução de apenas 10%.

Admitiu-se ainda um aumento de 10% na taxa de atracção de Lisboa e de 20% na de Setúbal. Também aqui se obteve, por aplicação das taxas à população de 1970 o volume de repulsão no decénio que se repartiu igualmente por todos os anos.

Quanto ao crescimento natural

- na hipótese 2.1. as taxas são constantes ao longo do decénio e iguais às de 1970
- na hipótese 2.2. admitiram-se para o crescimento natural evoluções em função das da atracção/repulsão:
- nos casos em que a repulsão se deve reduzir 10% admitiu-se que o ritmo de diminuição do crescimento natural se reduzirá de 1/3
- nos casos em que a repulsão se deve reduzir 25% admitiu-se que o ritmo de diminuição do crescimento natural se reduzirá de 1/2
- como casos particulares têm-se Aveiro (admitiu-se estabilização ao nível de 1970), Lisboa (o crescimento natural aumentará ao ritmo do decénio anterior) e Setúbal (o crescimento natural aumentará 10%).

Finalmente foi necessário proceder a uma correcção destas projecções populacionais por forma a torná-las compatíveis com as projecções globais para o continente.

Estas projecções compõem-se de quatro hipóteses de evolução de população baseadas em outras tantas hipóteses sobre o comportamento da emigração no próximo decénio.

Foi possível estabelecer correspondência - apenas qualitativa - de duas das quatro hipóteses propostas com as duas hipóteses regionais de evolução da atracção/repulsão:

- 1- A hipótese 1 foi equiparada à hipótese global que admite um "cenário" sem alteração obtido pela simples projecção das tendências actuais económicas e insti-

tucionais. Esta hipótese global conduzia a um montante populacional em 1979, no continente, de 7 599,2 milhares de indivíduos.

2- A hipótese 2 foi equiparada à que se considera concretizável no caso de se conseguir uma rápida elevação do nível de vida e criação de empregos remuneradores congregada com uma recessão europeia e o funcionamento de acordos sobre a emigração.

Esta conduzia a um montante global de 7 966,2 milhares de indivíduos em 1979.

A correcção consistiu, simples e grosseiramente, em reparar a diferença obtida a nível do Continente, pelos distritos de acordo com a relação do seu volume populacional com o do Continente. Procedeu-se a esta correcção para os anos de início e fim do IV Plano de Fomento e para o fim do primeiro triénio, isto é, para 1973, 1976 e 1979.

Apresentam-se nos quadros 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 as projecções corrigidas para estes 3 anos.

QUADRO 2.1.1

PROJECÇÕES DE POPULAÇÃO - HIPÓTESE 1

	1970	1973	1976	1979
Metrópole	8 668,3	8 347,8	8 132,8	8 043,7
Continente	8 124,0	7 884,3	7 654,6	7 599,2
Região	2 199,2	2 074,4	1 951,0	1 869,0
Litoral	1 325,4	1 275,3	1 226,0	1 203,0
Aveiro	546,5	534,7	523,0	522,2
Coimbra	396,3	375,9	356,1	344,6
Leiria	382,6	364,7	346,9	336,2
Interior	873,8	799,1	725,0	666,0
Viseu	409,7	380,4	351,0	329,0
Guarda	212,2	189,9	167,9	149,2
C. Branco	251,8	228,8	206,1	187,8

QUADRO 2.1.2

PROJECÇÕES DE POPULAÇÃO - HIPÓTESE 2.1.

	1970	1973	1976	1979
Metrópole	8 668,3	8 525,7	8 483,2	8 449,7
Continente	8 124,0	8 005,3	7 981,2	7 966,2
Região	2 199,2	2 112,1	2 049,5	1 988,4
Litoral	1 325,4	1 299,2	1 287,7	1 277,7
Aveiro	546,5	543,8	547,5	551,9
Coimbra	396,3	383,3	374,6	366,3
Leiria	382,6	372,1	365,6	359,5
Interior	873,8	812,9	761,8	710,7
Viseu	409,7	386,6	367,8	348,9
Guarda	212,2	193,6	177,5	161,5
C. Branco	251,8	232,7	216,5	200,3

QUADRO 2.1.3

PROJECÇÕES DE POPULAÇÃO - HIPÓTESE 2.2

	1970	1973	1976	1979
Metrópole	8 668,3	8 523,6	8 479,1	8 442,5
Continente	8 124,0	8 005,3	7 981,2	7 966,2
Região	2 199,2	2 111,9	2 048,6	1 986,5
Litoral	1 325,4	1 299,3	1 288,3	1 279,0
Aveiro	546,4	544,2	548,6	554,2
Coimbra	396,3	383,2	374,7	366,4
Leiria	382,6	371,9	365,0	358,4
Interior	873,8	812,6	760,3	707,5
Viseu	409,7	386,3	366,7	346,6
Guarda	212,2	193,6	177,3	160,9
C. Branco	251,8	232,7	216,3	200,0

1.2 EMPREGO

Para a análise dos problemas ligados ao emprego na Região Centro apenas possuímos os valores da população activa por grupos de idades para 1970, obtidos por amostragem (5%) pelo I.N.E..

Elaboraram-se vários quadros, que nos permitem numa apreciação sucinta, detectar os principais efeitos da emigração em termos demográficos.

No quadro 2.1.4, onde a população activa da Região Centro aparece distribuída por sub-regiões e dentro destas por distritos, podemos verificar que o único distrito onde se verificou um aumento, foi o de Aveiro, que registou um acréscimo de 16 248 activos, o que corresponde a 8,7% de aumento na década de 60/70.

Nos restantes distritos verificaram-se fortes diminuições, sendo as mais elevadas as que se observaram nos distritos da sub-região Interior: Guarda (-21,4%), Viseu (-15,0%) e Castelo Branco (-13,2%).

Nos distritos de Coimbra e Leiria as diminuições registradas são respectivamente (-2,4%) e (-3,3%).

No conjunto dos distritos, ou seja, no total da região, verifica-se que de 1960 para 1970 a população activa diminuiu de -53 193 o que corresponde a -6,1%.

O desconhecimento da repartição da população activa em 1970 por sectores de actividade não permite o conhecimento das alterações estruturais induzidas pela emigração.

Por outro lado, qualquer projecção realizada no sentido de procurar determinar o volume de trabalhadores agrícolas que irão na década de 70/80 abandonar o sector primário, carece de sentido, na medida em que não conhecemos a evolução da população activa nos três sectores de actividade económica: primário secundário e terciário.

QUADRO 2.1.4-POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIAO CENTRO

DISTRITOS	POP. ACTIVA 1960	POP. ACTIVA 1970	VARIACAO ABSOLUTA	60/70 %
Sub. Região Litoral	484 893	492 500	+ 7 607	+ 1,5
Aveiro	185 432	201 680	+16 248	+ 8,7
Coimbra	152 747	148 960	- 3 787	- 2,4
Leiria	146 714	141 860	- 4 854	- 3,3
Sub. Região Interior	376 960	316 160	-60 800	-16,1
Viseu	167 943	142 600	-25 343	-15,0
Guarda	95 424	74 980	-20 444	-21,4
C. Branco	113 593	98 580	-15 013	-13,2
TOTAL	861 853	808 660	-53 193	- 6,1

1.3. EQUILÍBRIOS E PREFERÊNCIAS SECTORIAIS

Comprometida como se viu na alínea anterior, pela carença de dados estatísticos e dificuldades no manuseamento dos elementos disponíveis, a possibilidade de realizar uma projecção para 1980 do emprego na Região Centro, repartida pelos três sectores de actividade económica (primário, secundário e terciário), não tem igualmente sentido, na perspectiva da abundância ou falta de recursos humanos para o futuro, em cada um dos sectores, caracterizar as opções da região quanto aos principais equilíbrios e preferências sectoriais.

Têm-se naturalmente como desejáveis, em face do conhecimento que decorre da alínea 1.1 e 1.2, a modernização do sector agrícola e a automação da indústria, embora se não dispense também na área do centro do País, a expansão das actividades turísticas e o progresso dos serviços, conforme as várias secções deste relatório largamente o justificam.

Perante uma evolução dos dados globais da população entre 1960 e 1970 que se caracterizou por perda marcada de um extenso potencial humano anteriormente disponível no País, supõe-se que a próxima década se caracterizará pela procura de fixação de mão-de-obra nos sectores secundários e terciários, por natural libertação de trabalhadores do sector primário em face das soluções de mecanização que a agricultura proporcionará.

Todavia, essa fixação obedece a condições de melhoria geral, de que, na parte respeitante às actividades da Região Centro, todo, ou quase todo, o presente relatório pretende dar conta.

As próprias soluções de racionalização, dentro dos sectores secundários e terciários permitirão criar as disponibilidades humanas que hão-de fazer face à criação de empregos que os novos projectos determinarão.

Tal como as coisas se nos apresentaram, não foi possível fazer mais do que estas considerações de ordem muito geral sobre a matéria em epígrafe.

2. O ORDENAMENTO DO ESPAÇO REGIONAL

2.1 A Região Centro e as orientações da política de ordenamento do território.

2.1.1 Ordenamento Urbano

Aceitaram-se as diversas considerações tecidas sobre esta matéria pelo S.T.P.C. e adoptaram-se os centros seleccionados no seu relatório sobre ordenamento urbano.

Deste modo, consideraram-se para os níveis principais da rede urbana, os seguintes centros:

- CENTRO REGIONAL: Coimbra
- CENTROS SUB-REGIONAIS PRINCIPAIS: Aveiro, Leiria -
Marinha Grande e
Covilhã
- CENTROS SUB-REGIONAIS SECUNDÁRIOS: Viseu

2.1.2 Ordenamento Rural

Para além do inventário de potencialidade e obstáculos ao seu aproveitamento, realizaram-se estudos tendentes a definir as zonas potenciais e críticas e por outro lado, com base nas informações demográficas do I.N.E., procurou-se definir a rede de apoio rural.

As análises realizadas ajudaram a confirmar algumas das conclusões a que o S.T.P.C. tinha chegado no relatório dedicado a este sector de actividade económica.

Assim, aceitaram-se como zonas integradas a bacia do bai xo Mondego e a Cova da Beira. A análise identificou no entanto potencialidades a merecerem também um tratamento especial no bai xo Vouga. Por outro lado, analisaram-se as questões respeitantes a reconversão agrícola e florestal, tendo-se determinado ao nível de cada concelho as áreas a reconverter e florestar.

A definição de áreas críticas e potenciais do ponto de vista agrícola, permitiu individualizar várias zonas e sub-zonas na Região Centro, tornando mais acessível (na medida em que a informação estatística disponível é particularmente deficiente) a identificação dos centros rurais com interesse.

2.1.3 Ordenamento Industrial

Os estudos realizados tiveram como objectivo identificar as zonas potenciais e zonas críticas do ponto de vista industrial. Para tanto, utilizaram-se diversos critérios expostos no ponto 2.3 do capítulo 2, do Relatório Preliminar que permitiram selecionar os concelhos onde as diversas manifestações industriais têm alguma relevância e aqueles onde a indústria tem uma representação muito débil.

A análise fez ressaltar a importância dos concelhos de Feira, S. João da Madeira, Aveiro, Coimbra, Leiria, Marinha Grande e Covilhã todos da Sub-região Litoral, com excepção da Covilhã que pertence à Sub-região Interior.

De um modo geral, aceitaram-se as diversas considerações tecidas pelo S.T.P.C., em relação à estratégia industrial.

De facto, quer parecer pacífica a escolha de Coimbra e Covilhã como polos de desenvolvimento da Região. Coimbra, pela importância que pode assumir como dinamizador e orientador do desenvolvimento da Região Centro, compensando o crescimento das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; e Covilhã, cidade com largas tradições industriais que poderá facilitar a penetração do desenvolvimento para o interior.

2.1.4 Ordenamento Turístico

As análises realizadas que se podem encontrar nos pontos 1.3 do Capítulo 1. e 1.4 do Capítulo 2, do Relatório Preliminar, tiveram sobretudo como objectivo fornecer elementos de caracterização das potencialidades existentes e esboçar uma estratégia a seguir em matéria de desenvolvimento turístico para a Região Centro.

Identificaram-se as potencialidades turísticas da região: praias, termas, serra, parques florestais e monumentos de interesse turístico. Interessa assinalar que se aceitam as propostas do S.T.P.C. relativas aos parques naturais e turísticos, sugerindo-se, no entanto, que na Serra da Gardunha se deveria também localizar um parque natural.

Finalmente, e de acordo com o inventário de potencialidades tecem-se algumas considerações sobre o modo de as aproveitar.

2.1.5 Ordenamento das grandes infraestruturas

Em relação à localização das grandes infraestruturas rodoviárias e portuárias, aceita-se a generalidade das propostas do S.T.P.C., com excepção da localização da auto-estrada ligando as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

De facto, as análises realizadas nos Capítulos 1 e 2 do Relatório Preliminar permitiram identificar que as áreas de maiores potencialidades da Região se encontram na Sub-região Litoral e são o eixo Leiria-Marinha Grande, Coimbra, Aveiro e os concelhos ao Norte desta cidade.

Deste modo quere-nos parecer que em princípio a localização da auto-estrada em questão deveria também ligar estes centros de importância decisiva para a realização do objectivo estratégico já admitido de compensar o crescimento das duas áreas metropolitanas do continente.

Não se perfilha, pois, de momento, a tese do S.T.P.C., de levar a auto-estrada a desviar-se da faixa litoral indo servir o triângulo Tomar-Abrantes-Torres Novas por se considerar que:

- a) Não deve ser contrariado o desenvolvimento da faixa litoral do continente criando fora dela áreas privilegiadas em termos de transporte, na medida em que a rede rodoviária existente não se encontra já em cor-

and those in which they have been placed, failing to do so may result in the loss of the original documents or damage to them. In addition, it is important to keep the original documents in a safe place, as well as to make copies of them. This will ensure that if the original documents are lost or damaged, they can still be used.

When it comes to handling old documents, it is important to take care of them. This means not only keeping them safe, but also making sure that they are handled correctly. For example, when moving old documents, it is important to use proper packing materials and to handle them gently.

Conclusion

The preservation of old documents is a task that requires careful planning and attention to detail. It is important to understand the nature of the documents and to take steps to protect them from damage. This includes using proper storage methods, handling them gently, and making copies of them.

It is also important to keep old documents in a safe place, as well as to make copies of them. This will ensure that if the original documents are lost or damaged, they can still be used. It is also important to take care of old documents by using proper packing materials and to handle them gently.

Finally, it is important to store old documents in a safe place, as well as to make copies of them. This will ensure that if the original documents are lost or damaged, they can still be used. It is also important to take care of old documents by using proper packing materials and to handle them gently.

In conclusion, the preservation of old documents is a task that requires careful planning and attention to detail. It is important to understand the nature of the documents and to take steps to protect them from damage. This includes using proper storage methods, handling them gently, and making copies of them.

It is also important to keep old documents in a safe place, as well as to make copies of them. This will ensure that if the original documents are lost or damaged, they can still be used. It is also important to take care of old documents by using proper packing materials and to handle them gently.

respondência com as necessidades dos centros industriais existentes na sub-região Litoral.

- b) Pelo elevado custo por Km de uma auto-estrada não permitir desvios de tão forte grandeza como o proposto. Trajectos particularmente grandes, poderão aumentar de tal modo o custo do investimento que só a muito longo prazo se poderá pensar em alcançar alguma rentabilidade.

Quanto às vias rápidas concorda-se inteiramente com a construção de uma via rápida Figueira da Foz - Coimbra - Covilhã. Sugere-se no entanto que importará estabelecer uma ligação entre Viseu (área potencial) e Aveiro cujo porto poderá funcionar como escoadouro das produções da mancha de boas potencialidades agrícolas em torno daquela cidade.

Finalmente e em relação à localização das infraestruturas portuárias, concorda-se com a prioridade atribuída pelo S.T.P.C., ao reapetrechamento do porto da Figueira da Foz. De facto, ele surge como término particularmente bem localizado para escoamento das produções das áreas integradas do Mondego e Cova da Beira. Considera-se ainda que o porto da Figueira da Foz poderá vir também a desempenhar o papel de escoadouro das produções espanholas da área de Salamanca, não esquecendo como é lógico a sua função de apoio à frota pesqueira.

2.2/2.3 Tipologia da Região Centro

Compreendiam, segundo o esquema do S.T.P.C., estas duas alíneas, as opções adoptadas no ordenamento da região centro, a primeira, e as orientações a estabelecer por zonas de actuação, a segunda.

Por sua vez, a alínea 4 deste capítulo destina-se a realizar a síntese da estratégia do desenvolvimento da Região Centro e a configurar os principais objectivos daquele mesmo desenvolvimento nesta área.

Nesse enquadramento, e em face do trabalho produzido e mostrado no Relatório Preliminar, resolveu-se apresentar aqui o que entendeu chamar-se a "tipologia da Região Centro" (Vd. QUADROS 2.2.1 a 2.2.6. e Mapas 2.2.1. a 2.2.3 do Relatório de Propostas, que não é mais do que a caracterização dos vários distritos que nela estão compreendidos segundo os diversos atributos devidamente estudados naquele mencionado Relatório.

Os elementos evidenciados nos Quadros e Mapas ajudaram a realizar a síntese da estratégia que é pretendida na alínea 4 e serviram igualmente, como esta mesma síntese, de paradigma no estabelecimento das prioridades que nortearam as propostas que são feitas no último capítulo.

2.4. Política do meio ambiente

Faz-se em seguida uma referência breve aos problemas relacionados com os esgotos, os lixos e o abastecimento de água nos diversos concelhos da Região Centro, para o que se procedeu, em devido tempo, a um inquérito junto das Câmaras Municipais.

Verificou-se que apenas 7% da população regional beneficia duma rede de esgotos completa, não disfrutando, cerca de 77%, de qualquer rede de esgotos.

Ao nível distrital, é notória a situação desfavorável de Coimbra, Viseu e Aveiro com percentagens de população não servida por rede de esgotos, respectivamente, de 84% para os dois primeiros e 82% para o último.

Mais pormenorizadamente, pode concluir-se que a generalidade das povoações não tem rede de esgotos ou tem-na incompleta. Somente os principais centros urbanos têm, em geral, este benefício.

A agravar a situação está ainda o facto de não existirem, ou existirem muito poucas, estações de tratamento de esgotos, sendo estes lançados, segundo a maioria das câmaras, nas linhas de água ou em terrenos limítrofes a céu aberto.

Quanto à recolha de lixos apurou-se também que 80% da população da Região vive em centros não dotados de um sistema organizado de recolha de lixos. Essa percentagem é superior na sub-região interior (82,2%) enquanto no litoral é de 75,9%.

Os distritos onde o serviço de recolha de lixos está menos difundido são os de Viseu e Aveiro com percentagens de população não servida, respectivamente de 88,8% e 80,3%.

Na maioria dos casos o lixo é amontoado em lixeiras, com todos os inconvenientes que isso acarreta. Ainda é dada alguma importância à queima, mas o tratamento industrial, a prática mais conveniente até sob o aspecto económico, é quase inexistente. Centros urbanos da importância de Coimbra, Figueira da Foz, Aveiro, Caldas da Rainha, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Covilhã não fazem o tratamento industrial dos lixos.

Finalmente registe-se que Aveiro e Viseu não dispõem de um serviço organizado de recolha de lixos domésticos.

Considerando, por fim, a situação referente ao abastecimento de água, verifica-se que, a nível regional, apenas 35% da população é servida por captação camarária de água.

O distrito com posição mais favorável é o de Castelo Branco com 47,5%, seguido do de Aveiro com 42,2%. A Guarda e Coimbra com respectivamente 25,3% e 27% são os distritos mais carecidos.

Quando se considera o abastecimento domiciliário por rede colectiva, constata-se que estas percentagens se reduzem passando a haver, para a Região, apenas 30,2% da população servida. O distrito de melhor posição continua a ser o de Castelo Branco com 45,5%, seguido do de Leiria com 40,4%. São de salientar as posições relativamente modestas de Aveiro (26%) e Viseu com 12,2% apenas.

A pouca difusão das estações de tratamento de água agrava esta situação. Com efeito apenas 23,4% da população regional é servida de água tratada, estando o litoral em posição mais favorável que o interior.

O distrito de Leiria é, neste aspecto, o melhor dotado (34,5%) e os mais desfavorecidos são novamente Viseu (14,2%) e Aveiro (17,5%).

O inquérito permitiu-nos ainda apurar que 60% da água consumida em toda a Região é para usos domésticos, cifrando-se o consumo industrial na ordem dos 20%.

Como é óbvio, a percentagem de água para consumo industrial é superior no litoral, em virtude dos consumos de Aveiro e Leiria, que utilizam respectivamente 24,1% e 31,1% da água para fins industriais.

É particularmente escasso o consumo industrial de água no distrito da Guarda (9,5%).

A terminar, o inquérito permitiu determinar os casos mais flagrantes de falta de água, quer por ausência de rede de abastecimento, quer ainda por deficiências no seu funcionamento.

Destacam-se, pela sua particularidade, os casos do concelho de Coimbra, do concelho de Ílhavo, em especial Vista Alegre, dos concelhos de Marinha Grande, de Viseu, de Seia, de Castelo Branco e da Covilhã. São notóriamente prejudiciais as carências para usos industriais que se verificam, quase permanentemente em Esmoriz, Cortegaça, Vista Alegre, Marinha Grande, Vieira de Leiria, Mira de Aire e Covilhã.

3. SÍNTESE DA ESTRATÉGIA E DOS OBJECTOS PRINCIPAIS DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.

Entre as grandes orientações do desenvolvimento regional expressas no III Plano de Fomento e refundidas no Relatório de Política de Ordenamento do Território do S.T.P.C. destacava-se a necessidade de compensar o poder de atracção que Lisboa e Porto exercem na faixa litoral do País ao norte de Setúbal, sendo necessário, para isso, imprimir o maior dinamismo ao processo de desenvolvimento no centro e no sul e nas zonas interiores do norte.

Essa dinamização seria conseguida basicamente, por uma acção de intensificação dos investimentos nas zonas de maiores potencialidades.

Foi dentro desta orientação geral que se tentou definir a estratégia de desenvolvimento da Região Centro.

Para isso procedeu-se à determinação das zonas com maiores potencialidades, usando ópticas distintas e critérios diferenciados. Os resultados dessa análise foram expressos, na sua maior parte, no Relatório Preliminar - e estão sintetizados nas alíneas 2.1 e 2.2/2.3 do capítulo II do Relatório de Propostas onde, além da síntese das conclusões, se apresenta também a tipologia económica - social dos vários distritos.

Da intercepção dos diferentes resultados obtidos através das diferentes análises sectoriais seleccionaram-se quatro zonas como sendo as que maior sobreposição de potencialidades resumiam e, portanto, como sendo aquelas que podiam ser objecto de uma acção prioritária na distribuição regional dos investimentos:

- 1) Zona de Aveiro
- 2) Zona de Leiria - Marinha Grande
- 3) Zona de Coimbra - Figueira da Foz
- 4) Zona da Cova da Beira

A primeira zona, sobretudo os concelhos que lhe ficam a

norte, gravita na esfera de polarização do Porto. No ordenamento do território é-lhe cometida a função de realizar o equilíbrio urbano-industrial na área industrial do litoral nortenho, procurando desta forma contrariar a atracção que sobre ela exerce o Porto.

O seu crescimento económico pensa-se que será induzido pela mais vasta área em que se insere, sugerindo-se assim como actuação estratégica para esta zona o simples acompanhamento do desenvolvimento e a ordenação dos investimentos no espaço por forma a aproveitar melhor as suas potencialidades.

Do mesmo modo, se propõem acções análogas para a área de Leiria - Marinha Grande e concelhos meridionais onde se acredita que o dinamismo induzido pela área industrial de Lisboa poderá possibilitar o crescimento sustentado duma já diversificada e significativa estrutura económica.

Então, para se compatibilizarem as opções estratégicas da Região Centro com as orientações gerais do desenvolvimento regional, resulta que as acções prioritárias se devem concentrar nas áreas de Coimbra - Figueira da Foz e da Cova da Beira. E na concretização, ainda, da orientação geral que aponta a necessidade de levar o desenvolvimento para o interior, considera-se indispensável estabelecer uma ligação principal de desenvolvimento transversal no sentido Figueira da Foz - Coimbra - Covilhã para obstar a que o desenvolvimento da Região se faça também exclusivamente no sentido longitudinal por ligação das três zonas potenciais do litoral.

Mas verifica-se que, enquanto a sub-região litoral fica praticamente coberta com a acção conjugada nas três zonas litorais - acção essa que terá que ser mais intensa na zona central como se disse - a sub-região interior, mais vasta, dispõe de uma área polarizada e, por conseguinte, dispõe apenas de um foco irradiador de desenvolvimento.

Por isso, pensa-se que a zona da Cova da Beira não será,

por si só, suficiente para propagar o crescimento económico sustentado a todo o vasto e economicamente débil interior regional.

Haverá assim necessidade de estabelecer outras vias de penetração para o interior a partir das zonas potenciais do litoral, no sentido de aproveitar algumas potencialidades dispersas tais como potencialidades agrárias, florestais, mineiras, industriais e, em complemento, turísticas (vd. 2.2/2.3 do Relatório de Propostas.)

Essas vias de penetração, complementares do eixo de penetração básica, podiam estabelecer-se, por exemplo,

- ligando Aveiro a Viseu pelo vale do Vouga,
- ligando Coimbra a Viseu pelos vales do Dão - Mondego,
- ligando Leiria a Castelo Branco, eventualmente através da zona industrial de Tomar - Torres novas - Abrantes (já na Região de Planeamento de Lisboa).

Seriam, assim, vias de canalização prioritária de investimentos, que conjuntamente com o eixo Figueira da Foz - Coimbra - Covilhã permitiriam a consecução dos objectivos básicos da penetração do desenvolvimento para o interior e do desenvolvimento das áreas críticas e depressivas.

As medidas de política propostas no capítulo seguinte, principalmente as respeitantes às grandes infraestruturas, têm presente esta estratégia geral e visam a concretização dos objectivos propostos, compatíveis, como não podia deixar de ser, com a estratégia e os objectivos enunciados no ordenamento do território a nível nacional.

Todavia o grau e os limites em que os investimentos serão canalizados para estas direcções de aproveitamento de recursos põem em jogo o problema da compatibilização das necessidades financeiras com as riquezas potenciais. A extensão em que estas serão aproveitadas dependerá em última análise, não se desconhece, da rentabilidade que os capitais disponíveis oferecerem e da própria existência e montante destes.

Ao Estado competirá, desta forma, criar as condições básicas necessárias para assegurar a rentabilidade dos investimentos possibilitando assim que eles acorram ao ritmo necessário para concretizar a estratégia definida e se conseguirem os objectivos propostos.

C A P Í T U L O III
PROPOSTAS DE ACÇOES E MEDIDAS
DE POLÍTICA PARA O
IVO PLANO DE FOMENTO

1. Medidas de política visando o desenvolvimento e ordenamento da Região

Torna-se necessário adoptar um conjunto de medidas de política que garantam o êxito às acções aconselhadas e facilitem uma expansão económica que se considera desejável. Procedeu-se no Relatório de Propostas desta Comissão a uma enumeração exaustiva dessas medidas, das quais, pela importância que assumem, considerámos dever destacar e referenciar neste Relatório Síntese, as seguintes:

- a) Criação de novas estruturas de execução dos Planos de Fomento, assunto que foi objecto de um trabalho intitulado "Regionalização dos Órgãos de Execução dos Planos de Fomento". Conclui-se pela necessidade de dotar as Comissões de órgãos executivos e impulsionar a criação de sociedades de economia mista, como meios de tornar efectivas e reais as políticas regionais de desenvolvimento económico.
- b) Reagrupamento de autarquias locais: de momento encontra-se ainda em preparação um estudo pormenorizado sobre o assunto relativamente à Região e que oportunamente será divulgado
- c) Reestruturação fundiária e lei de sucessão de terras.

Esta questão foi objecto dum estudo intitulado "Reestruturação Fundiária, Bases Legais e Experiências Estrangeiras", apresentado em anexo ao Relatório de Propostas.

Destacamos as seguintes conclusões:

c₁) - Objectivos gerais em vista

Modernização das explorações agrícolas em termos de contribuir para o aumento da sua produtividade.

Elevação paralela do nível de vida da população agrícola mediante a reestruturação das explorações e a redistribuição da propriedade e do rendimento.

c₂) - Índole da política agrária

Contribuir para o aproveitamento máximo das potencialidades da agricultura, inserindo-a numa perspectiva de desenvolvimento económico geral, tendo em conta as coordenadas regionais e problemas de concorrência inter-regional.

Isenção completa em relação aos interesses que possam, de algum modo, afastá-la dos objectivos visados.

c₃) - Desdobramento por medidas concretas de política

a') Fomento de reagrupamento das explorações agrícolas de dimensão insuficiente:

- elevação do nível cultural médio da população agrícola pelo lançamento de acções de educação e formação profissional;
- criação de incentivos fiscais - isenção de sisa, imposto sucessório e contribuição predial durante certo período nos casos de aquisição de parcelas para aumento de dimensão de explorações;

- concessão seletiva (atendendo à aptidão e vontade de se dedicar directamente à exploração agrícola) de crédito para a aquisição de parcelas para aumento da dimensão de explorações com taxa de juro baixo e prazos longos de amortização e tendendo a assentar em garantia de produção em vez da habitual garantia hipotecária;
 - regulamentação dos direitos de preferência na aquisição de prédios encravados ou limítrofes de dimensão insuficiente, de modo a garantir o seu efectivo funcionamento;
 - atribuição de pensões de reforma, determinadas em função da dimensão e grau de aproveitamento das explorações, aos agricultores idosos, como meio de aliviar a pressão demográfica sobre a terra e de eitar a manutenção de situações de pequiníssima propriedade;
 - canalização de parte da população das regiões mais densamente povoadas para regiões de fraca densidade populacional, mediante a concessão de explorações bem dimensionadas e de outros benefícios.
- b') Intensificação dos empreendimentos estaduais relativos às obras de fomento hidroagrícola, à colonização interna, ao parcelamento e ao emparcelamento, em regiões que revelem a necessidade de intervenções profundas de carácter estrutural.

c') Dinamização dos meios de intervenção do Estado:

- desburocratização da organização administrativa encarregada de levar a cabo os empreendimentos de reforma e dos processos a seguir na elaboração e execução dos planos e projectos respectivos;
- desinibição no recurso à expropriação e criação de normas especiais para as expropriações integradas na reforma agrária (determinação do montante de indemnização, não em função do valor do mercado do prédio expriado, mas em função de outros elementos como, por exemplo, o respectivo valor matricial, o volume da produção, etc.; pagamento diferido da indemnização sob a forma de títulos da dívida pública; introdução de celeridade no processo de expropriação e na resolução das questões dela emergentes);
- criação dos meios de realização, em breve espaço de tempo, da cobertura cadastral do território;
- realização da experimentação no sentido de determinar a dimensão da unidade de exploração económica viável para cada zona, tipo de solo e de culturas do País, e, também atendendo aos mesmos factores, a dimensão de unidades mínimas e de cultivo e dos graus de intensificação cultural exigíveis para cada tipo de exploração.

d') Preservação dos resultados obtidos:

- fomento da agricultura de grupo como forma de constituição de explorações de maior dimensão e, como tal, mais aptas a aproveitarem os benefícios da reestruturação, mediante a concessão de regalias, nomeadamente no campo de crédito e da fiscalidade;
- estipulação da indivisibilidade das explorações agrícolas, fiscalizada mediante um rigoroso controle das

transferências de terras, quer entre vivos, quer por morte; criação de comissões próprias para tal fim;

- criação das infraestruturas materiais e imateriais necessárias, nos campos da saúde, educação, recreio, habitação, vias de comunicação, rega, etc.;
- criação de uma estrutura integrada de serviços de apoio abrangendo as operações de armazenagem, transformação, comercialização, mecanização, crédito, que poderia ser realizada através de formas cooperativas;
- promoção da integração vertical das explorações agrícolas no sentido da criação de indústrias no meio rural e de contribuir para a adequação da produção às necessidades de produtos transformados;
- regulamentação das formas de exploração de forma a dar-lhes estabilidade suficiente para incentivar o investimento e a melhoria da produtividade, dando relevo especial ao direito de exploração;
- regulamentação das unidades de produção agrícola de modo a dar a necessária continuidade à exploração;
- fomento da investigação agrícola e da divulgação de novas técnicas, nomeadamente, criando organismos autónomos para o efeito e promovendo a formação de pessoal qualificado para as operações de extensão.

d) Apoio às populações idosas:

- em face dos progressos no campo da medicina, em todos os Países aumentou grandemente a esperança de vida. Assim, a população englobada na Terceira Idade, ou seja, os denominados "Gerontes" constituem

A concorrer para o aumento desta fracção da população resalta-se também o abaixamento da idade de reforma que constitui reivindicação das populações trabalhadoras e que pouco a pouco se vai concretizando.

Quando nos debruçamos sobre a constituição quantitativa e qualitativa dos Gerentes verificamos que a sua percentagem em relação à população activa aumenta de ano para ano e que neles predominam os indivíduos do sexo feminino.

A partir de meados da década de 1960 tem-se verificado uma diminuição de esperança de vida nos homens, mas apesar disso o efectivo total dos Gerentes não diminuiu o que significa que o desequilíbrio entre indivíduos do sexo masculino e feminino nesta fracção da população se vai acentuando com predomínio para estes últimos.

Desta situação resulta que é indispensável prever medidas e equipamento de apoio a esta população, que devem visar essencialmente:

- a) a ocupação dos tempos livres
- b) o conveniente acolhimento e assistência a esta população.

No que se refere ao ponto b) faz-se notar que a dimensão actual dos fogos habitacionais, a cada vez maior participação da mulher na vida económica e ainda a rarefacção de empregados domésticos leva a que grande percentagem de tais populações não possam, por um lado, ser recebidos pelos filhos e com eles viver em coabitacção e por outro, viverem nas suas próprias casas utilizando o serviço de empregados domésticos.

Estas necessidades surgem relativamente a populações de qualquer estrato social ou doméstico, e nota-se em todo o País, e nomeadamente na Região Centro, elevado número de solicitações de pessoas idosas que desejam acolher-se em instalações onde possam usufruir de conforto e assistência e que não encontram tal equipamento.

É fundamental, por isso, a nosso ver, dotar os centros urbanos da Região das instalações de recepção necessárias para acolher tais populações que, de ano para ano, serão em maior número. Aqui, não só o Estado tem papel preponderante a exercer, mas também a actividade privada, desde que convenientemente fiscalizada, tem papel relevante a desempenhar.

Quanto à ocupação dos tempos livres, criando as infraestruturas necessárias para o efeito, é problema que não pode ser esquecido nos planos de urbanização.

Por esta Comissão considerar de extrema importância o apoio aos Gerentes, tem em preparação um estudo aprofundado sobre o assunto, que brevemente será apresentado, analisando também experiências estrangeiras neste campo, de forma a poder apresentar propostas concretas relativamente à Região.

- e) Selecção com base em estudos dos mercados interno e externo, das produções ecológicamente possíveis.

Entende esta Comissão que uma vez definidas para as várias zonas da Região, e sobretudo para as "zonas integradas", as culturas ou produções ecológicamente possíveis, estas devem ser seleccionadas com base em estudos de mercado por forma a garantir o seu fácil escoamento a preços remuneradores para a produção. Tal questão, é objecto de estudo minucioso apresentado em anexo no Relatório de Propostas.

f) Equipamento do ensino superior da Sub-Região Centro

Sendo extrema a carência de ensino superior na Sub-Região Interior em face das potencialidades existentes em vários campos e sobretudo na necessidade de fixar elites nessa zona, procedeu esta Comissão a um estudo deste problema que se intitulou " Programação de Ensino Superior na Sub-Região Interior Centro " e que se apresenta em anexo.

Remete-se, portanto, o aprofundamento do assunto para o estudo referido no qual se apresenta o parecer desta Comissão quanto às infraestruturas do ensino superior a criar na Sub-Região Interior.

As conclusões a que se chegou são as seguintes:

- A) É necessário criar na S.R.I.C., o ensino superior, ao nível de bacharel, sem o que a região não poderá desenvolver-se por falta de técnicos.
- B) Os cursos cuja falta se torna indispensável suprir para que possa haver desenvolvimento na S.R.I.C. são:

- a') Agricultura
- b') Silvicultura
- c') Pecuária
- d') Turismo
- e') Medicina
- f') Administração
- g') Engenharia Industrial

- C) Para a escolha do local destinado à instalação dos institutos politécnicos podemos seguir três critérios:

- a instalação nos concelhos mais deprimidos, onde as potencialidades correspondem aos cursos a ministrar nos institutos politécnicos. Ou então,
- o apoio urbano para cada um dos institutos politécnicos, localizando-os de acordo com as potencialidades locais, o que daria, em princípio:

Viseu - Agricultura, Silvicultura, Pe-
Pecuária e Turismo - no mesmo
instituto ou em institutos sepa-
rados.

Eventualmente na Guarda, a confirmar por
estudo subsquente

- Medicina e Profissionais de em-
fermagem.

Distrito de Castelo Branco

- Administração e Engenharia Au-
xiliar.

- Se por razões de economia, rentabilidade nos trabalhos e formação dos diplomados, se desejar reunir todo o ensino numa universidade, aproveitando ainda a função motora do ensino superior no desenvolvimento do centro urbano mais deprimido da Região, será a Guarda onde deverá ser instalada a universidade - com todas as especialidades indicadas.

D) Este último critério poderá ter justificação pelos seguintes motivos:

a') Ecologia física

A altitude da Guarda oferece um clima saudável e frio propício ao recolhimento, à meditação, ao estudo e à investigação.

Tal ambiente, permite o prolongamento do período de trabalho e maior produtividade.

b') Ecologia social

O afastamento dos grandes centros urbanos e integração familiar, que ainda existe na Região, são outros factores que aconselham a escolha da Guarda para a formação da juventude universitária.

c) Emigração

Os novos empregos a que dá origem a prestação de serviços a uma população universitária e as iniciativas das elites intelectuais, que ao terminarem os seus cursos desejam fixar-se na cidade onde se fizeram os seus estudos, são motivos para reduzir o fluxo de emigrações que tem vindo a reduzir a população do distrito.

d) Fixação de capital

A saída de estudantes para as cidades com ensino superior arrasta o capital necessário à sua manutenção, que é retirado do capital circulante regional, enfraquecendo assim a economia da região. No entanto, a Comissão opta pelo localização do ensino superior de acordo com o indicado na alínea b).

2. Principais empreendimentos sugeridos para o IVº Plano de Fomento.

Os empreendimentos a efectuar na Região Centro visam, como, se tem dito, criar um eixo de desenvolvimento que não só compense o poder de atracção das duas grandes cidades, Lisboa e Porto mas também, para levar o desenvolvimento para o interior. As propostas de investimento apresentadas tomaram em consideração a política de ordenamento de território, definida em diversos relatórios do S.T.P.C., subordinando-se ao princípio de concentração de investimentos nas zonas de maiores potencialidades. A longo prazo, tais investimentos têm por objectivo modificar a distribuição territorial das populações, no sentido de um maior equilíbrio. "De facto é o insuficiente ritmo de desenvolvimento sócio-económico das regiões mais atrasadas que está na base da repulsão populacional, pelo que só uma atracção no sentido de dinamizar o processo de desenvolvimento dessas regiões, aproveitando da melhor forma todas as suas potencialidades, poderá transformar os movimentos migratórios num dos factores positivos dum a mais racional ocupação do espaço, facilitando ou contribuindo para a industrialização, a urbanização e a modernização da agricultura".

2.1 Eixo Figueira da Foz - Coimbra - Covilhã

O eixo de desenvolvimento Figueira da Foz - Coimbra - Covilhã pode desempenhar um papel importante no ordenamento territorial. "Com efeito, na área de Coimbra, cidade tradicionalmente importante e já com peso industrial, localizam-se os campos do Mondego susceptíveis de beneficiação pela obra de rega projectada; em redor da Covilhã, o mais populoso e industrializado centro urbano do interior, encontra-se a Cova da Beira, importante zona de regadio, e a zona turística da Serra da Estrela. Ainda no mesmo eixo há que considerar, na proximidade de Coimbra, Figueira da Foz, centro urbano onde se implantaram já algumas indústrias, localizado junto a um pequeno porto, e com actividade turística tradicional, e, ainda, perto da Covilhã, a existência minas da Panasqueira, o maior jazigo de volfrâmio do território".

a) - O centro regional Coimbra e o centro sub-regional principal Covilhã, apoiados nas áreas vizinhas, deverão constituir polos de crescimento industrial. Assim, no polo de crescimento de Coimbra, prevêm-se alguns investimentos industriais, sendo de destacar a instalação de uma fábrica de cimentos em Souselas, com capacidade de 1 milhão de toneladas anuais de produção.

Na Covilhã as acções de ordenamento industrial visam a ampliação da indústria de lanifícios, a instalação da indústria de confecções, de construção de máquinas têxteis, de produção de telefones e seus acessórios e duma metalurgia de tungsténio e de estanho (actualmente o G.T.I.L. está a estudar as várias possibilidades existentes). Os empreendimentos industriais da Covilhã (Cova da Beira) vão para além disso, pois pretende-se a criação de um complexo agro-industrial na Cova da Beira (Ponte Pedrinha), de que trataremos adiante.

b) - Além dos polos de crescimento, devem-se criar zonas industriais, isto é, "locais escolhidos por critérios urbanísticos e, por esse motivo, dotados com as necessárias infraestruturas para o seu normal funcionamento". É o caso da Figueira da Foz, que poderá apresentar um interesse especial na indústria de reparação naval.

c) - O eixo em questão apresenta ainda duas "zonas integradas", isto é, "áreas potenciais de regadio com possibilidades de justificarem a instalação de indústrias transformadoras de produtos agro-silvo-pecuários e permitindo a prática de uma agricultura intensiva modernizada". São elas: a área do Mondego (entre Figueira da Foz e Coimbra) e a Cova da Beira.

No Mondego submetem-se propostas de aproveitamentos hidroeléctricos e hidroagrícolas. Destacam-se, pela sua importância, a construção das barragens da Aguieira e Alva e a construção do açude de regularização de caudais a jusante da barragem da Aguieira. Prevêem-se investimentos de 1,7 milhões de contos. Estas obras introduzirão modificações estruturais no

sentido de criação de melhores condições económicas de produção agro-industrial. Desta forma, existirão duas unidades, a Cobai (produtos frutícolas e hortícolas) e a Agrinco (beter-raba sacarina). São possíveis outros empreendimentos agro-silvo-pecuários, o que originará os seguintes acréscimos de empregos:

- Na agricultura, 2 250
- Na pecuária, 1 870
- Noutras actividades, 500.

Na outra zona integrada, a Cova da Beira, estão previstos diversos empreendimentos de aproveitamento agrícola, sendo de destacar o regadio. De facto, as áreas a regar atingem 17 000 ha, os canais principais a construir estendem-se por mais de 140 Km, as albufeiras a construir são as de Sabugal, Meimoa e Valhelhas, além disso, pretende-se construir as barragens do Meimão, Sabugal e Capinha, excedendo os investimentos o montante de 1 milhão de contos.

Estas e outras acções de regadio, tornarão viável a construção de um complexo agro-industrial na zona (Ponte-Pedrinha), sendo a destacar a ampliação da estação fruteira e extensão da rede de frio, a industrialização de produtos hortícolas (cerejas, pêssegos, ervilhas, feijão, morangos, etc.), a construção de um matadouro industrial (tipo III) na Covilhã, a instalação de um posto de tratamento de leite, a criação de uma unidade de liofilização e duma fábrica de painéis de partículas. Já se prevêem investimentos que excedam os 150 mil contos, com o concomitante acréscimo do número de empregos.

d) - Convém também dar o devido relevo ao desenvolvimento turístico que poderá disfrutar a Serra da Estrela. Deste modo, foi concedido à sociedade Turistrela o exclusivo da exploração do turismo e dos desportos da Serra da Estrela. A Turistrela promoverá a instalação de serviços hoteleiros, desportivos, parques, campos e recintos desportivos e de diversões.

e) - Os empreendimentos referidos nos pontos anteriores não farão sentido se não se dotar a região das necessárias infraestruturas de comunicação. São de destacar o porto da Figueira da Foz e a ligação rodoviária Coimbra - Covilhã.

O porto da Figueira da Foz deverá desempenhar um papel importantíssimo no escoamento das produções da Região Centro (e, por extensão, da zona alargada de influência, incluindo tráfego espanhol) e na importação de bens de consumo da região, que se prevê, atingir elevados montantes. Já se prevêm investimentos de remodelação do porto superior a 100 000 contos, mas os estudos ainda não estão concluídos.

A ligação rodoviária Coimbra - Covilhã permite contrariar o afastamento que existe entre estes dois pontos do eixo de desenvolvimento e, simultaneamente, subtrair a Covilhã à influência da metrópole de Lisboa. É, portanto, de grande importância e urgência estabelecer aquela ligação em condições que permitam um deslocamento rápido entre aqueles dois centros.

(Este princípio é, aliás, válido para todas as ligações da rede urbana da Região Centro).

2.2 Rio Vouga

a) - No que se refere ao ordenamento industrial, a zona do Vouga apresenta Aveiro como zona industrial. De facto,

- O distrito de Aveiro tem potencialidades para o desenvolvimento da indústria metalúrgica e metalomecânica, (especialmente, construção de materiais de transporte).
- Foi concedida para o distrito de Aveiro, uma autorização para a construção de veículos automóveis cujos estudos estão a ser efectuados.
- A construção naval poderá ter interesse na zona de Aveiro, por influência do porto, de que trataremos a seguir.

b) - O porto de Aveiro é, sem dúvida, um dos mais importantes portos do Continente. Prevê-se um investimento de 300 000 contos para a realização de obras de remodelação que deverão ser propostas pelo Estudo Geral deste porto. De salientar que não se respeitaram as prioridades atribuídas pelos relatórios do S.T.P.C. aos portos da Figueira da Foz e Aveiro, respectivamente 1 e 2 , devido ao papel desempenhado por este porto no panorama portuário nacional. Considerou esta comissão que interessaria dotar ambos os portos com as infraestruturas necessárias ao capaz desempenho das suas funções com prioridades idênticas.

c) - Na zona do rio Vouga apresentam também muita importância os aproveitamentos hidroagrícolas. De facto, os vários empreendimentos propostos trarão grandes benefícios agro-pecuários. São de destacar a construção do dique-estrada Aveiro - Murtosa (e a regularização do leito maior do Rio Vouga) e a construção da barragem de Ribeiradio, cujos investimentos montam a 141,5 mil contos e 150 mil contos, respectivamente.

A execução destas obras permitirá o cultivo da área beneficiada durante todo o ano. Esta circunstância eliminará as culturas sazonais, contribuindo para a fixação do homem à terra, dando-lhe consequentemente, condições de trabalho mais atractivas e seguras.

Em especial, as obras complementares do dique - estrada permitirão um acréscimo anual do produto bruto da ordem dos 72 000 contos, acréscimo este obtido ainda, à custa dum investimento suplementar, no campo fundiário, da ordem dos 7 800 contos.

A construção da barragem do Ribeiradio poderá originar um acréscimo do produto de 60 600 contos, sem qualquer investimento fundiário. Investimentos fundiários da ordem dos 15 000 contos poderão gerar um acréscimo duplo do referido.

A construção desta barragem destinar-se-á essencial-

mente a regularizar e dominar os caudais, com todas as vantagens resultantes da beneficiação dos terrenos, como já foi salientado. Mas, traz consigo a possibilidade de outros aproveitamentos como sejam o da produção de energia eléctrica, o da distribuição, em grandes malhas, da água represada na albufeira para abastecimentos populacionais, o da piscicultura e o de minorar os perniciosos efeitos da poluição provocada pelo lançamento no rio dos efluentes de várias indústrias (pasta de papel).

Este múltiplo aproveitamento repercutir-se-á na agro-pecuária, cujos benefícios poderão atingir montantes muito mais compensadores dos que os previstos.

2.3 LIS - CELA

O vale do Lis e a Bacia Hidrográfica do Alcoa (e, por extensão, o vale Tifónico) apresentam grandes aptidões para agricultura, devido à invulgar riqueza da região.

a) - Para contrariar os factores que têm impedido o desenvolvimento do perímetro da rega do Vale do Lis (extrema divisão e dispersão predial, agricultura de subsistência ou subsidiária da indústria, deficiente aproveitamento das áreas beneficiadas, etc) e tornar mais rentáveis os avultados investimentos que o Estado já fez (100 000 contos), propõem-se diversas acções entre as quais se destacam a alteração da estrutura agrária, o planeamento das culturas, o aumento dos efectivos pecuários, a organização das estruturas de comercialização e a execução de diversos trabalhos de aproveitamento hidroagrícola.

b) - A Bacia Hidrográfica do Alcoa constitui uma zona rica do ponto de vista económico, revelando grandes potencialidades, destacando-se a vocação hortícola dirigida para a produção de frescos, a abundância de mão-de-obra e a grande receptividade dos empresários agrícolas ao progresso técnico.

Entre as obras propostas para a Bacia Hidrográfica do Alcoa salientam-se:

- A construção de um novo leito do Rio Alcoa, a jusante da Ponte das Barcas;
- A construção de um colector de encosta para defesa, ao longo da Mata Nacional do Valado;
- A construção de uma estação de Bombagem, na Porta das Marés;
- A concessão de um subsídio não reembolsável para limpeza das velas de drenagem e abertura de outras, de modo a tornar agricultável as áreas hoje inaproveitadas por excesso de água.

c). - Contudo, o que mais importa frisar é a necessidade de criação de um Gabinete Técnico de Planeamento para coordenar as várias actividades agrícolas no Vale do Lis e Bacia Alcoa, as quais apresentam problemas complexos que só uma instituição daquele tipo poderá resolver, e não as instituições actualmente existentes.

2.4 VISEU

A zona em torno de Viseu possui óptimas potencialidades para a florestação. Neste sentido, propõe-se a florestação de 120 000 ha no distrito de Viseu, possibilitando uma produção global de 480 000 m³ por ano, correspondente a um investimento de 420 000 contos.

Duma maneira geral, a incentivação da florestação é uma das medidas que mais interessam à Região Centro.

No ordenamento industrial, Viseu aparece como zona industrial. Atendendo às potencialidades florestais do distrito (e mais rigorosamente, do triângulo Coimbra - Aveiro - Viseu) deve-se encarar a reestruturação dos sectores industriais de serração de madeiras, carpintaria e mobiliário.

2.5 EQUIPAMENTO SOCIAL

Finalmente, não queremos deixar de fazer uma referência ao problema da dotação dos centros da Região em equipamento social.

No Relatório de Propostas, procurou seguir-se o critério de distribuir os investimentos ligados ao ensino, saúde, etc., de acordo com o papel a jogar pelos diversos centros no ordenamento da Região.

Assim, considerou-se prioritária a dotação dos centros de Coimbra, Viseu, Leiria - Marinha Grande, Covilhã e Aveiro assim como todos os centros classificados de ligação e de rurais principais.

Os investimentos previstos para estes centros, podem ser consultados no Relatório de Propostas.

3- INVESTIMENTOS

Apresenta-se seguidamente um quadro resumo dos investimentos propostas por esta Comissão para o IVº Plano de Fomento:

Empreendimentos	Investimento (Estimativa) (mil contos)
1. Porto de Aveiro	362,0
2. Porto da Figueira da Foz	110,0
3. Rio Mondego	1 700,0
4. Rio Vouga	467,3
5. Regadios	1 750,0
6. Estradas	3 035,6
7. Estações de camionagem	24,0
8. Liz/Cela	18,0
9. Florestação	933,7
10. Outras acções agrícolas	54,4
11. Rede de Armazenagem	341,0
12. Ligações aéreas	22,1
13. Ensino	4 724,1
14. Electrificação	50,0
15. Abastecimento de água	216,0
16. Rede de esgotos	200,0
17. Saúde	5 095,0
18. Viação rural	270,0
TOTAL	19 373,3

Dos 19 373,3 mil contos só 16 873,3 mil contos são de facto propostas para o IVº Plano de Fomento, dado o critério de prioridades seguido pela Comissão, que considerou:

- De 1^a prioridade, os projectos a realizar no primeiro triénio do IVº Plano.
- De 2^a prioridade, os projectos a realizar no segundo triénio do IVº Plano.
- De 3^a prioridade, os projectos que se considera de difícil realização na vigência do IVº Plano.

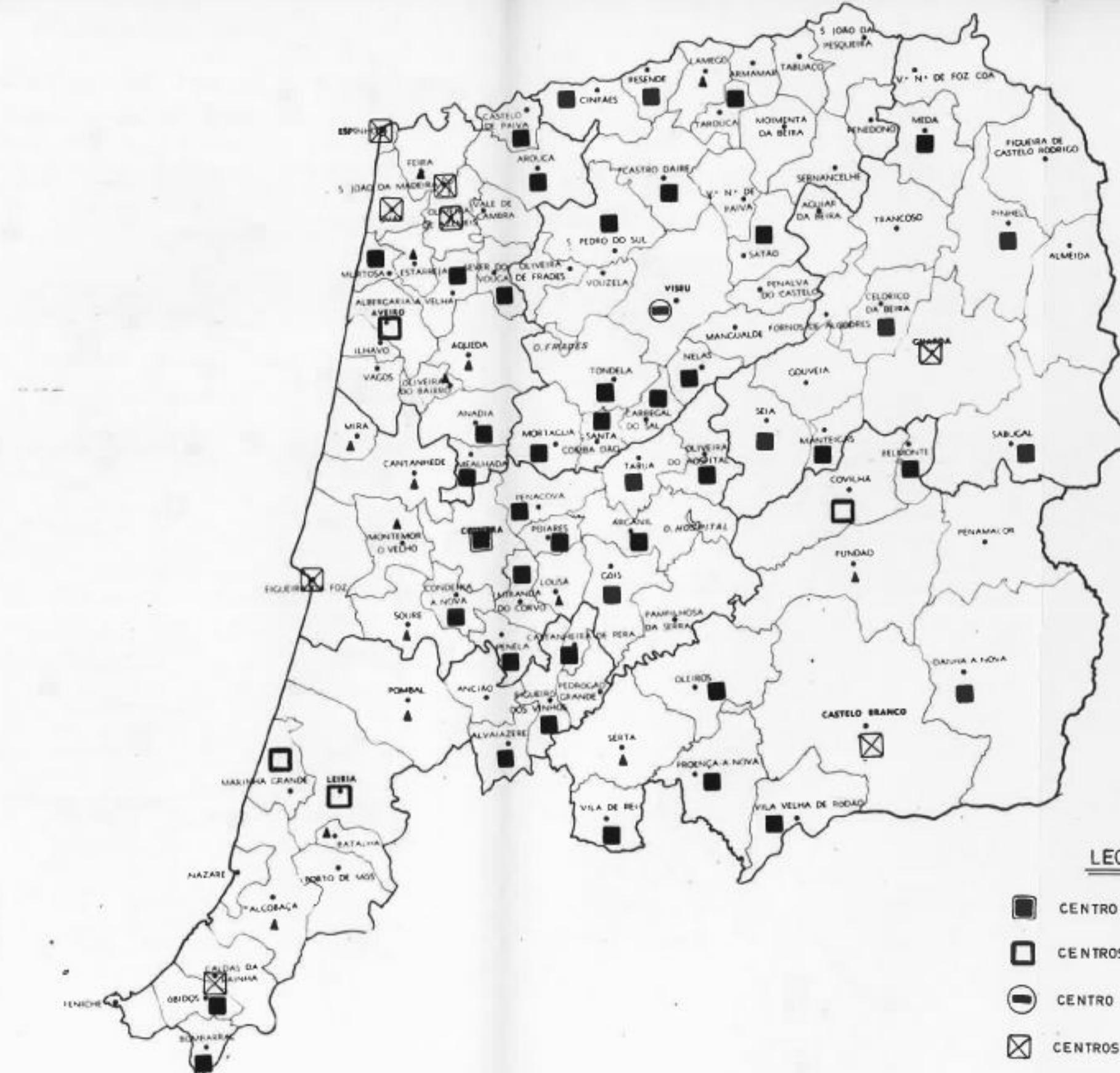
Temos pois que os projectos a que foram atribuídas a 1^a e 2^a prioridades atingem o montante aproximado de 16 873,3 mil contos, enquanto que os de 3^a prioridade não vão além de 2 500 mil contos (em valores aproximados).

Í N D I C E

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
CAPÍTULO-I- Análise e diagnóstico da situação regional	2
1. Análise dos dados fundamentais do desenvolvimento económico e social da Região	3
1.1. Análise da Geografia da Região	3
1.2. Demografia e distribuição territorial da população	5
1.3. Emprego	7
1.4. Posição dos grandes sectores de actividade	9
1.5. Situação social	17
2. Inventariação de potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento	26
3. Estudo de execução do III Plano de Fomento em matéria de investimentos públicos	31
CAPÍTULO-II- Escolha de objectivos e opções de desenvolvimento	32
1. Perspectivas gerais da evolução regional	33
1.1. População total	33
1.2. Emprego	40
1.3. Equilíbrios e preferencias sectoriais	42
2. O ordenamento do espaço regional	43
2.1. A Região Centro e as orientações da política de ordenamento do território	43
2.2./2.3. Tipologia da Região Centro	46
2.4. Política do meio ambiente	47
3. Síntese da estratégia e dos objectivos principais do desenvolvimento da Região	50
CAPÍTULO-III- Propostas de acções e medidas para o IVº Plano	
1. Medidas de política visando o desenvolvimento e ordenamento da Região	55

2.	Principais empreendimentos sugeridos para	
o	IVº Plano de Fomento	65
2.1.	Eixo Figueira da Foz - Coimbra -	
	- Covilhã	65
2.2.	Rio Vouga	68
2.3.	Lis-Cela	70
2.4.	Viseu	71
2.5.	Equipamento social	72
3.	Investimentos	73

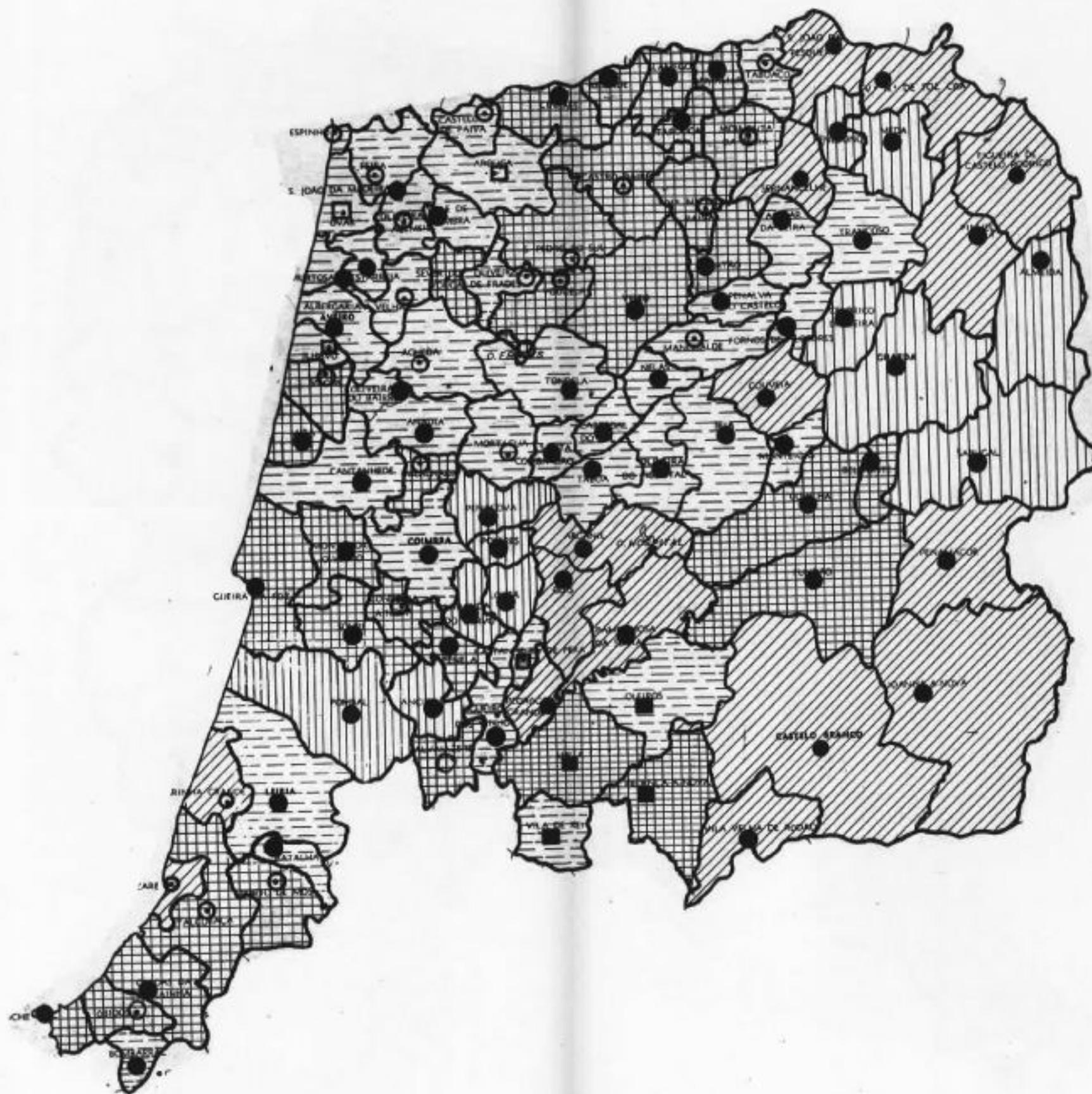
REDE URBANA E RURAL DA REGIÃO CENTRO



LEGENDA

- [Solid Black Square] CENTRO REGIONAL
- [Open Square with Black Border] CENTROS SUB-REGIONAIS PRINCIPAIS
- [Circle with Line] CENTRO SUB-REGIONAL SECUNDÁRIO
- [Cross with Line] CENTROS DE LIGAÇÃO
- [Triangle] CENTROS RURAIS PRINCIPAIS
- [Solid Black Square with White Center] CENTROS DE APOIO RURAL

SÍNTESE DE ZONAS E SUB-ZONAS AGRÍCOLAS POTENCIAIS E CRÍTICAS



LEGENDA

- 1 | SUB-ZONA COM POTENCIALIDADES AGRO - FLORESTAIS
- 2 | SUB-ZONA COM POTENCIALIDADES AGRO - FLORESTAIS E PROBLEMAS DE ESTRUTURA MINIFUNDIÁRIA
- 3 | IDEM 2) MAS COM ÁREAS CRÍTICAS
- 4 | SUB-ZONAS COM CARACTERÍSTICAS MISTAS DE 1) E 10)
- 5 | IDEM 1) MAS COM ÁREAS CRÍTICAS
- 6 | IDEM 1) MAS COM ÁREAS CRÍTICAS SUSCETIVEIS DE VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA
- 7 | IDEM 1) MAS ONDE AS POTENCIALIDADES SÃO ESSENTIALMENTE FLORESTAIS
- 8 | IDEM 2) MAS ONDE AS POTENCIALIDADES SÃO ESSENTIALMENTE FLORESTAIS
- 9 | SUB-ZONAS COM ÁREAS ESSENTIALMENTE CRÍTICAS
- 10 | SUB-ZONA COM ÁREAS CRÍTICAS COM POTENCIALIDADES DE VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ZONAS INDUSTRIALIS DA REGIÃO CENTRO

LEGENDA



— ÍNDICE DE CRESCIMENTO ENTRE 1957/59 E 1964 DO V.L.P. DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS, EM ESTABELECIMENTOS DE 21 E MAIS PESSOAS, MAIOR QUE O DO CONTINENTE (195)

— MAIS DE 50% DO VLP (ESTAB. 21 E MAIS PESSOAS) DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DO CONCELHO E ORIGINADO POR INDÚSTRIAS CONSIDERADAS DE MAIOR SIGNIFICADO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO (CLASSE 3 DA CAE)

— INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (ESTAB. 21 E MAIS PESSOAS) COM UMA CONTRIBUIÇÃO DE PELO MENOS 10% PARA O CORRESPONDENTE V.L.P. DISTRITAL

— INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (ESTAB. 21 E MAIS PESSOAS) COM UMA CONTRIBUIÇÃO DE PELO MENOS 1% DO CORRESPONDENTE V.L.P. DO CONTINENTE

